

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	54.151
Preferenciais	1.754
<b>Total</b>	<b>55.905</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	24.718.083	24.569.978
1.01	Ativo Circulante	3.710.274	3.516.844
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	157.268	100.318
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.512	47.456
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	45.511	40.127
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.001	7.329
1.01.03	Contas a Receber	631.125	582.109
1.01.03.01	Clientes	631.125	582.109
1.01.04	Estoques	67.386	67.347
1.01.06	Tributos a Recuperar	143.005	82.266
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	143.005	82.266
1.01.07	Despesas Antecipadas	672	2.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.657.306	2.634.568
1.01.08.03	Outros	2.657.306	2.634.568
1.01.08.03.01	Serviços em Curso	270.295	250.738
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro - concessões de serviço público	2.151.211	2.169.114
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	14.926	14.926
1.01.08.03.04	Dividendos a receber	34.146	14.084
1.01.08.03.05	Fachesf Saúde Mais	61.056	65.859
1.01.08.03.06	Outros créditos	125.672	119.847
1.02	Ativo Não Circulante	21.007.809	21.053.134
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.144.825	13.324.676
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	186	958
1.02.01.03	Contas a Receber	13.208	13.397
1.02.01.03.01	Clientes	13.208	13.397
1.02.01.06	Tributos Diferidos	120.579	180.823
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.579	180.823
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.010.852	13.129.498
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro -concessões de serviço público	11.128.512	11.270.547
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	197.924	196.496
1.02.01.09.05	Valores a receber - Lei 12.783/13	487.822	487.822
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	679.895	660.351
1.02.01.09.08	Adiantamento a investidas	478.000	478.000
1.02.01.09.10	Outros créditos	38.699	36.282
1.02.02	Investimentos	6.683.663	6.558.926
1.02.03	Imobilizado	1.142.352	1.130.960
1.02.04	Intangível	36.969	38.572

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	24.718.083	24.569.978
2.01	Passivo Circulante	2.496.041	2.439.076
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	180.294	183.869
2.01.01.01	Obrigações Sociais	69.098	71.543
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	111.196	112.326
2.01.02	Fornecedores	263.804	412.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	263.804	412.986
2.01.03	Obrigações Fiscais	250.735	188.573
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	212.204	152.432
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	155.918	87.333
2.01.03.01.02	Cofins	34.147	34.215
2.01.03.01.03	Pis/Pasep	7.411	7.426
2.01.03.01.04	IRRF	14.629	23.404
2.01.03.01.05	Outros	99	54
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.656	33.339
2.01.03.02.01	ICMS	35.656	33.339
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.875	2.802
2.01.03.03.01	ISS	2.875	2.802
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.208.793	1.090.875
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.208.793	1.090.875
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.208.793	1.090.875
2.01.05	Outras Obrigações	592.415	562.773
2.01.05.02	Outros	592.415	562.773
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	31.086	30.600
2.01.05.02.04	Outras provisões operacionais	103.426	103.738
2.01.05.02.05	Benefícios pós-emprego	154.229	151.616
2.01.05.02.06	Incentivo ao desligamento de pessoal	122.404	55.642
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	142.435	142.534
2.01.05.02.08	Outros	38.835	78.643
2.02	Passivo Não Circulante	8.203.933	8.291.393
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.010.261	1.000.346
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.010.261	1.000.346
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.010.261	1.000.346
2.02.02	Outras Obrigações	1.670.930	1.676.089
2.02.02.02	Outros	1.670.930	1.676.089
2.02.02.02.03	Benefícios pós-emprego	965.749	973.514
2.02.02.02.04	Incentivo ao desligamento de pessoal	72.021	20.691
2.02.02.02.05	Encargos setoriais	371.977	361.790
2.02.02.02.06	Provisão contrato oneroso	184.587	184.587
2.02.02.02.07	Obrigações vinculadas à consessão	56.959	57.381
2.02.02.02.08	Outros	19.637	78.126
2.02.03	Tributos Diferidos	3.200.976	3.316.654
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.200.976	3.316.654
2.02.04	Provisões	2.321.766	2.298.304
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.321.766	2.298.304
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	42.482	40.388

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	144.240	146.003
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.135.044	2.111.913
2.03	Patrimônio Líquido	14.018.109	13.839.509
2.03.01	Capital Social Realizado	9.753.953	9.753.953
2.03.02	Reservas de Capital	4.916.199	4.916.199
2.03.02.07	Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
2.03.02.08	Remuneração de bens e direitos constituídos em capital próprio	156.846	156.846
2.03.04	Reservas de Lucros	746.160	746.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	204.621	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.602.824	-1.576.803

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.107.491	1.231.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-486.670	-491.960
3.03	Resultado Bruto	620.821	739.195
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-313.295	-340.361
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.335	7.960
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-315.095	-376.513
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.135	28.192
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.526	398.834
3.06	Resultado Financeiro	-20.731	-55.807
3.06.01	Receitas Financeiras	47.113	27.464
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.844	-83.271
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	286.795	343.027
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.174	-133.288
3.08.01	Corrente	-137.608	-1.880
3.08.02	Diferido	55.434	-131.408
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.621	209.739
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	204.621	209.739
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,66000	3,75000
3.99.01.02	PN	3,66000	3,75000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,66000	3,75000
3.99.02.02	PN	3,66000	3,75000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	204.621	209.739
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26.021	-21.820
4.02.01	Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-26.021	-21.820
4.03	Resultado Abrangente do Período	178.600	187.919

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-344.260	454.976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	195.164	169.390
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	286.795	343.027
6.01.01.02	Depreciação e amortização	23.031	25.087
6.01.01.03	Variações monetárias e cambial (líquidas)	2.053	-5.695
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-26.135	-28.192
6.01.01.05	Provisão para contingências	31.379	31.773
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.614	-424
6.01.01.07	Benefícios pós-emprego - ajuste atuarial	21.086	29.367
6.01.01.08	Atualização de depósitos vinculados a litígios	-5.831	-1.439
6.01.01.09	Remuneração do ativo financeiro	-274.563	-405.055
6.01.01.10	Provisão (reversão) contrato oneroso	0	27.398
6.01.01.11	Provisão (reversão) impairment	0	91.878
6.01.01.12	Atualização de valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	0	5.317
6.01.01.13	Encargos financeiros	53.048	70.662
6.01.01.14	Incentivo ao desligamento de pessoal	126.214	-7.851
6.01.01.15	Atualização títulos da dívida agrária (TDA)	-43	-65
6.01.01.16	Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	0	-3.890
6.01.01.17	Outras provisões -FID	-58.522	0
6.01.01.18	Outros	-962	-2.508
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-431.526	-122.804
6.01.02.01	Clientes	-66.441	-43.088
6.01.02.02	Estoques	-39	1.308
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	-139.849	-15.179
6.01.02.04	Adiantamentos a empregados	-3.430	-14.408
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-10.975	-27.138
6.01.02.06	Fachesf Saúde Mais	4.803	5.343
6.01.02.07	Alienações em curso	-2.359	-3.291
6.01.02.08	Fornecedores	-149.182	857
6.01.02.09	Obrigações estimadas	3.849	-2.301
6.01.02.10	Encargos setoriais	10.154	5.051
6.01.02.11	Provisão para contingências	-7.917	-19.983
6.01.02.12	Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	0	954
6.01.02.13	Outras provisões - FID	-58.522	0
6.01.02.14	Outros ativos e passivos operacionais	-11.618	-10.929
6.01.03	Outros	-107.898	408.390
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	-29.579	-24.071
6.01.03.02	Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	-23.323	-46.323
6.01.03.03	Pagamento a entidade de previdência privada	-52.258	-59.606
6.01.03.04	Depósitos vinculados a litígios	-2.738	538.390
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	277.198	-242.013
6.02.01	Aplicações em Ativos imobilizado e intangível	-33.297	-56.790
6.02.02	Realização do ativo financeiro - concessões do serviço público	434.501	-54.382



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.02.03	Investimentos em participações societárias permanentes	-118.722	-111.546
6.02.04	Dividendos recebidos	0	4.069
6.02.05	Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	-5.284	-9.764
6.02.06	Adiantamentos em controladas em conjunto	0	-13.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	124.012	-238.116
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	242.724	193.164
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-118.712	-431.280
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	56.950	-25.153
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.318	36.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	157.268	11.816

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	746.160	0	-1.576.803	13.839.509
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	746.160	0	-1.576.803	13.839.509
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	204.621	-26.021	178.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.621	0	204.621
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.021	-26.021
5.05.02.06	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-26.021	-26.021
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	746.160	204.621	-1.602.824	14.018.109

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	0	-267.407	-1.820.879	12.581.866
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	0	-267.407	-1.820.879	12.581.866
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.739	-21.820	187.919
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	209.739	0	209.739
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.820	-21.820
5.05.02.06	Resultado atuarial - Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-21.820	-21.820
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	0	-57.668	-1.842.699	12.769.785

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	1.299.824	1.416.048
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	908.201	881.551
7.01.02	Outras Receitas	275.134	426.327
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais	7.285	13.717
7.01.02.02	Perdas - Consumidores/Concessionárias	-6.714	7.555
7.01.02.03	Remuneração do ativo financeiro	274.563	405.055
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	134.103	107.746
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.614	424
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-410.623	-573.676
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-410.623	-573.676
7.03	Valor Adicionado Bruto	889.201	842.372
7.04	Retenções	-23.031	-25.087
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.031	-25.087
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	866.170	817.285
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.268	55.664
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.135	28.192
7.06.02	Receitas Financeiras	47.101	27.384
7.06.03	Outros	32	88
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	939.438	872.949
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	939.438	872.949
7.08.01	Pessoal	324.103	227.206
7.08.01.01	Remuneração Direta	189.592	208.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.087	10.306
7.08.01.04	Outros	125.424	8.286
7.08.01.04.01	Honorários da diretoria	824	818
7.08.01.04.02	Provisão para contingências trabalhistas/indenizações	-1.630	7.468
7.08.01.04.03	Incentivo a aposentadoria e demissão voluntária - PAE	126.230	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	338.120	349.852
7.08.02.01	Federais	313.964	313.656
7.08.02.02	Estaduais	21.524	34.248
7.08.02.03	Municipais	2.632	1.948
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.594	86.152
7.08.03.01	Juros	67.844	83.271
7.08.03.02	Aluguéis	2.820	2.881
7.08.03.03	Outras	1.930	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.621	209.739
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.621	209.739

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	24.968.106	24.815.927
1.01	Ativo Circulante	3.864.184	3.666.998
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	233.490	181.262
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.512	47.456
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	45.511	40.127
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.001	7.329
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.001	7.329
1.01.03	Contas a Receber	637.091	588.382
1.01.03.01	Clientes	637.091	588.382
1.01.04	Estoques	67.386	67.347
1.01.06	Tributos a Recuperar	149.341	88.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	149.341	88.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.150	2.926
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.722.214	2.691.297
1.01.08.03	Outros	2.722.214	2.691.297
1.01.08.03.01	Serviços em curso	270.402	250.830
1.01.08.03.02	Ativo financeiro - concessões do serviço público	2.192.255	2.210.158
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	32.952	26.934
1.01.08.03.04	Dividendos a receber	34.146	14.084
1.01.08.03.05	Fachesf Saúde Mais	61.056	65.859
1.01.08.03.06	Outros créditos	131.403	123.432
1.02	Ativo Não Circulante	21.103.922	21.148.929
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.761.681	13.939.602
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	186	958
1.02.01.03	Contas a Receber	13.208	13.397
1.02.01.03.01	Clientes	13.208	13.397
1.02.01.06	Tributos Diferidos	120.579	180.823
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.579	180.823
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.627.708	13.744.424
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - concessões do serviço público	11.745.175	11.885.473
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	197.924	196.496
1.02.01.09.05	Valores a receber - Lei 12.783/13	487.822	487.822
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	680.088	660.351
1.02.01.09.07	Adiantamentos a investidas	478.000	478.000
1.02.01.09.08	Outros créditos	38.699	36.282
1.02.02	Investimentos	5.555.590	5.439.897
1.02.03	Imobilizado	1.730.366	1.711.542
1.02.04	Intangível	56.285	57.888

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	24.968.106	24.815.927
2.01	Passivo Circulante	2.526.967	2.611.219
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	181.549	185.124
2.01.01.01	Obrigações Sociais	69.706	71.994
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	111.843	113.130
2.01.02	Fornecedores	273.998	423.355
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	273.998	423.355
2.01.03	Obrigações Fiscais	251.645	189.447
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	212.904	153.198
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	156.195	87.539
2.01.03.01.02	Cofins	34.417	34.611
2.01.03.01.03	Pis/Pasep	7.468	7.510
2.01.03.01.04	IRRF	14.670	23.429
2.01.03.01.05	Outros	154	109
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.656	33.339
2.01.03.02.01	ICMS	35.656	33.339
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.085	2.910
2.01.03.03.01	ISS	3.085	2.910
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.220.195	1.243.969
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.208.793	1.090.875
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.208.793	1.090.875
2.01.04.02	Debêntures	11.402	153.094
2.01.05	Outras Obrigações	599.580	569.324
2.01.05.02	Outros	599.580	569.324
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	31.086	30.600
2.01.05.02.04	Outras provisões operacionais	103.426	103.738
2.01.05.02.05	Benefícios pós -emprego	154.229	151.616
2.01.05.02.06	Incentivo ao desligamento de pessoal	122.404	55.642
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	144.667	144.579
2.01.05.02.08	Outros	43.768	83.149
2.02	Passivo Não Circulante	8.405.948	8.348.336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.154.565	1.000.346
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.010.261	1.000.346
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.010.261	1.000.346
2.02.01.02	Debêntures	144.304	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.712.862	1.717.865
2.02.02.02	Outros	1.712.862	1.717.865
2.02.02.02.03	Tributos e contribuições sociais	21.293	21.137
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	965.749	973.514
2.02.02.02.05	Incentivo ao desligamento de pessoal	72.021	20.691
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	371.977	361.790
2.02.02.02.07	Provisão contrato oneroso	184.587	184.587
2.02.02.02.08	Obrigações vinculadas à concessão	56.959	57.381
2.02.02.02.09	Outros	40.276	98.765
2.02.03	Tributos Diferidos	3.216.755	3.331.821
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.216.755	3.331.821

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.02.04	Provisões	2.321.766	2.298.304
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.321.766	2.298.304
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	42.482	40.388
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	144.240	146.003
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.135.044	2.111.913
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.035.191	13.856.372
2.03.01	Capital Social Realizado	9.753.953	9.753.953
2.03.02	Reservas de Capital	4.916.199	4.916.199
2.03.02.07	Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
2.03.02.08	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
2.03.04	Reservas de Lucros	746.160	746.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	204.621	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.602.824	-1.576.803
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	17.082	16.863

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.117.558	1.237.496
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-488.985	-485.914
3.03	Resultado Bruto	628.573	751.582
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-317.183	-353.430
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.335	7.960
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-317.182	-381.938
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.334	20.548
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	311.390	398.152
3.06	Resultado Financeiro	-23.955	-53.263
3.06.01	Receitas Financeiras	47.665	30.276
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.620	-83.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	287.435	344.889
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.845	-135.166
3.08.01	Corrente	-137.672	-2.000
3.08.02	Diferido	54.827	-133.166
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.590	209.723
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	204.590	209.723
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	204.621	209.739
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-31	-16
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,66000	3,75000
3.99.01.02	PNB	3,66000	3,75000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,66000	3,75000
3.99.02.02	PN	3,66000	3,75000



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	204.590	209.723
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26.021	-21.820
4.02.01	Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-26.021	-21.820
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	178.569	187.903
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	178.600	187.919
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-31	-16

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-358.696	437.070
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	191.495	168.245
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	287.435	344.889
6.01.01.02	Depreciação e amortização	23.036	25.101
6.01.01.03	Variação monetária e cambial (líquidas)	2.053	-5.695
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-24.334	-20.548
6.01.01.05	Provisão para contingências	31.379	31.774
6.01.01.06	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.614	-424
6.01.01.07	Benefícios pós-emprego - ajuste atuarial	21.086	29.367
6.01.01.08	Atualização de depósitos vinculados a litígios	-5.831	-1.439
6.01.01.09	Receita financeira - Ativo financeiro	-283.290	-417.368
6.01.01.10	Provisão(reversão) contrato oneroso	0	27.398
6.01.01.11	Provisão(reversão) impairment	0	93.525
6.01.01.12	Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	0	-3.890
6.01.01.13	Encargos financeiros	55.660	70.662
6.01.01.14	Incentivo ao desligamento de pessoal	126.214	-7.851
6.01.01.16	Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	-43	-65
6.01.01.17	Atualização de valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	0	5.317
6.01.01.18	Outras provisões - FID	-58.522	0
6.01.01.19	Outros	-962	-2.508
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-441.843	-137.883
6.01.02.01	Clientes	-66.134	-45.998
6.01.02.02	Estoques	-39	1.308
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	-139.645	-14.039
6.01.02.04	Adiantamentos a empregados	-3.377	-14.240
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-16.993	-27.154
6.01.02.07	Fachesf Saúde Mais	4.803	5.343
6.01.02.08	Alienações em curso	-2.359	-3.291
6.01.02.09	Fornecedores	-149.357	1.524
6.01.02.11	Obrigações estimadas	4.142	-2.570
6.01.02.12	Encargos setoriais	10.193	5.121
6.01.02.13	Provisão para contingências	-7.917	-19.983
6.01.02.14	Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	0	954
6.01.02.15	Outras provisões - FID	-58.522	0
6.01.02.16	Outros ativos e passivos operacionais	-16.638	-24.858
6.01.03	Outros	-108.348	406.708
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	-29.579	-24.071
6.01.03.02	Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	-23.323	-46.323
6.01.03.03	Pagamento a entidade de previdência privada	-52.258	-59.606
6.01.03.04	Depósitos vinculados a litígio	-2.738	538.390
6.01.03.05	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-450	-1.682
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	284.042	-236.924
6.02.01	Aplicações em Ativos imobilizado e intangível	-47.068	-75.716

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.02.02	Realização do ativo financeiro - concessões do serviço público	441.491	-30.367
6.02.03	Investimentos em participações permanentes	-111.482	-111.546
6.02.04	Dividendos recebidos	0	4.069
6.02.05	Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	-5.284	-9.764
6.02.06	Adiantamentos a controladas em conjunto	0	-13.600
6.02.08	Outros	6.385	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	126.882	-238.116
6.03.01	Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	258	0
6.03.02	Financiamentos e empréstimos obtidos	242.724	193.164
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-118.712	-431.280
6.03.04	Debêntures	2.612	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	52.228	-37.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	181.262	140.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	233.490	102.429

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	746.160	0	-1.576.803	13.839.509	16.863	13.856.372
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	746.160	0	-1.576.803	13.839.509	16.863	13.856.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	250	250
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	250	250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	204.621	-26.021	178.600	-31	178.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.621	0	204.621	-31	204.590
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.021	-26.021	0	-26.021
5.05.02.06	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-26.021	-26.021	0	0
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	746.160	204.621	-1.602.824	14.018.109	17.082	14.035.191

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	0	-267.407	-1.820.879	12.581.866	15.990	12.597.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	0	-267.407	-1.820.879	12.581.866	15.990	12.597.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.739	-21.820	187.919	-17	187.902
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	209.739	0	209.739	-17	209.722
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.820	-21.820	0	-21.820
5.05.02.06	Resultado atuarial - Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-21.820	-21.820	0	-21.820
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	0	-57.668	-1.842.699	12.769.785	15.973	12.785.758

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	1.311.333	1.423.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	911.150	886.885
7.01.02	Outras Receitas	283.865	438.640
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais	7.289	13.717
7.01.02.02	Perdas -Consumidores/ Concessionárias	-6.714	7.555
7.01.02.03	Remuneração do ativo financeiro	283.290	417.368
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	133.932	97.882
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.614	424
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-413.085	-568.163
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-413.085	-568.163
7.03	Valor Adicionado Bruto	898.248	855.668
7.04	Retenções	-23.036	-25.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.036	-25.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	875.212	830.567
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.048	50.933
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.334	20.548
7.06.02	Receitas Financeiras	47.682	30.297
7.06.03	Outros	32	88
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	947.260	881.500
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	947.260	881.500
7.08.01	Pessoal	325.799	230.156
7.08.01.01	Remuneração Direta	191.129	211.720
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.087	10.306
7.08.01.04	Outros	125.583	8.130
7.08.01.04.01	Honorários da diretoria	983	662
7.08.01.04.02	Provisões para contingências trabalhistas/indenizações	-1.630	7.468
7.08.01.04.03	Incentivo a aposentadoria e demissão voluntária - PAE	126.230	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	340.338	354.958
7.08.02.01	Federais	316.106	318.639
7.08.02.02	Estaduais	21.600	34.367
7.08.02.03	Municipais	2.632	1.952
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.533	86.663
7.08.03.01	Juros	71.648	83.539
7.08.03.02	Aluguéis	2.955	3.124
7.08.03.03	Outras	1.930	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.590	209.723
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.621	209.739
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-31	-16

## Comentário do Desempenho

### ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### MARÇO/2018 x MARÇO/2017

A Companhia apresentou no 1º trimestre de 2018 um lucro líquido de R\$ 204,6 milhões, 2,4% inferior ao lucro líquido de R\$ 209,7 milhões no mesmo período de 2017.

As principais variações de receitas e custos/despesas estão demonstradas a seguir.

#### RECEITA OPERACIONAL

##### NA GERAÇÃO:

A Companhia apresentou, no 1º trimestre de 2018, uma receita de **geração** 12,2% inferior ao apurado no mesmo período de 2017, passando de R\$ 638,4 milhões para R\$ 560,5 milhões, principalmente devido aos seguintes fatores:

- O **fornecimento** de energia elétrica direto às indústrias apresentou queda de 29,7%, passando de R\$ 205,7 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 144,7 milhões no mesmo período 2018, em função de ajustes dos contratos com os consumidores industriais, impactados pela atualização dos respectivos contratos;
- A **operação e manutenção de usinas e suprimento de energia elétrica** apresentou queda de 7,2%, passando de R\$ 361,2 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 335,3 milhões no mesmo período de 2018, resultante do movimento nos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, em função da sazonalização da compra de energia em 2017 e do reajuste anual;
- No âmbito da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**, no mercado de curto prazo, apresentou aumento de 33,0%, passando de R\$ 49,1 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 65,3 milhões, no mesmo período de 2018, em função de liquidações na CCEE, fortemente influenciado por variações de mercado (PLD, GSF, Portfólio de contratos, etc) ocorridas no período;
- A **receita de construção** apresentou redução de 72,0%, passando de R\$ 5,0 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 1,4 milhão no 1º trimestre de 2018, em função dos investimentos efetuados nas usinas prorrogadas.

##### NA TRANSMISSÃO:

A Companhia apresentou, no 1º trimestre de 2018, uma receita de **transmissão** 0,8% inferior ao apurado no mesmo período de 2017, passando de R\$ 769,7 milhões para R\$ 763,7 milhões, principalmente devido aos seguintes fatores:

- A **receita de transmissão - operação e manutenção** apresentou aumento de 36,6% passando de R\$ 265,6 milhões no 1º trimestre de 2017 para R\$ 362,9 milhões no mesmo período de 2018, decorrente de atualização, de reforços de linha de transmissão e novas entradas de ICG na conexão;
- A **receita de construção** apresentou aumento de 29,2%, passando de R\$ 102,7 milhões no 1º trimestre de 2017 para R\$ 132,7 milhões no mesmo período de 2018, em função do andamento das obras do sistema de transmissão;

## Comentário do Desempenho

- A **receita financeira** apresentou queda de 32,8% passando de um montante negativo de R\$ 390,3 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 262,3 milhões, no mesmo período de 2018, em função da atualização do ativo financeiro da transmissão;
- As demais rubricas, em média, não apresentaram variações ou impacto significativos.

### CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os principais determinantes da evolução dos Custos no período foram:

#### NA GERAÇÃO:

- Os gastos com **peçoal** apresentaram redução de 7,2%, passando de R\$ 24,9 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 23,1 milhões no mesmo período de 2018, decorrente principalmente do registro dos ajustes provenientes do ACT 2015/2017, da redução dos gastos com benefícios e de gastos com horas-extras e periculosidade;
- Os gastos com **material** apresentaram aumento de 14,3%, passando de R\$ 0,7 milhão no 1º trimestre de 2017, para R\$ 0,8 milhão no mesmo período de 2018, em decorrência do consumo entre as datas comparadas;
- Os gastos com **serviços de terceiros** apresentaram redução de 6,7%, passando de R\$ 7,5 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 7,0 milhões no mesmo período de 2018, principalmente devido aos gastos com obras de manutenção e conservação e serviços técnicos administrativos;
- A rubrica **compensação financeira pela utilização de recursos hídricos** apresentou-se estável entre as datas comparadas, registrando o valor de R\$ 1,3 milhão no 1º trimestre de 2017 e 2018;
- A rubrica **Reversão/Provisão contrato oneroso**, apresentou o registro de provisão, no montante de R\$ 30,5 milhões, no 1º trimestre de 2017, sem comparativo, no mesmo período de 2018, em função da atualização dos estudos realizados pela Companhia;
- Os **custos de construção** apresentaram o montante de R\$ 5,0 milhões no 1º trimestre de 2017, contra o montante de R\$ 1,4 milhão no mesmo período de 2018, em função dos investimentos efetuados nas usinas prorrogadas.

#### NA TRANSMISSÃO:

- Os gastos com **peçoal** apresentaram aumento de 14,1%, passando de R\$ 66,9 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 76,3 milhões no mesmo período de 2018, decorrente principalmente do registro dos ajustes provenientes do ACT 2015/2017;
- Os gastos com **material** apresentaram redução de 29,4%, passando de R\$ 1,7 milhão no 1º trimestre de 2017, para R\$ 1,2 milhão no mesmo período de 2018, devido aos gastos com combustíveis e lubrificantes;
- Os gastos com **serviços de terceiros** apresentaram aumento de 10,0%, passando de R\$ 13,0 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 14,3 milhões



## Comentário do Desempenho

no mesmo período de 2018, devido ao crescimento dos gastos com serviços de manutenção de equipamentos;

- A rubrica **Provisão/reversão contrato oneroso**, apresentou registro de reversão de provisão de R\$ 3,1 milhões, no 1º trimestre de 2017, sem comparativo em 2018, em função da atualização dos estudos realizados pela Companhia;

As demais rubricas, em média, não apresentaram variações significativas.

### RECEITA (DESPESA) OPERACIONAL

#### NA GERAÇÃO:

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram redução de 3,4%, correspondente a R\$ 1,9 milhão, passando de R\$ 56,5 milhões, no 1º trimestre de 2017, para R\$ 54,6 milhões, no mesmo período de 2018, devido principalmente a variação nos gastos com **pessoal** [+50,6% (R\$ 21,5 milhões)], decorrente principalmente do registro dos ajustes provenientes do ACT 2015/2017, do registro do Plano de Demissão Consensual - PDC e da redução dos gastos com benefícios; a **Provisão para contingências** [+10,0% (R\$ 2,5 milhões)], devido principalmente a atualização do processo do fator k; a **Reversão da provisão para impairment**, R\$ 31,2 milhões, no 1º trimestre de 2017, sem comparativo no mesmo período de 2018, em função da atualização dos estudos realizados pela Companhia; as demais despesas em conjunto não apresentaram variação significativa.

#### NA TRANSMISSÃO:

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram redução de 49,2%, correspondente a R\$ 153,5 milhões, passando de R\$ 312,1 milhões, no 1º trimestre de 2017, para R\$ 158,6 milhões, no mesmo período de 2018, devido principalmente a variação nos gastos com **pessoal** [+57,9% (R\$ 74,3 milhões)], decorrente principalmente do registro dos ajustes provenientes do ACT 2015/2017, do registro do Plano de Demissão Consensual - PDC da redução dos gastos com benefícios; com **serviços de terceiros** [+11,7% (R\$ 1,7 milhão)], em função do aumento dos gastos com serviços de obras de conservação e manutenção e serviços técnico-administrativos; e **Provisão de Impairment** R\$ 123,1 milhões, no 1º trimestre de 2017, sem comparativo no mesmo período de 2018, em função da atualização dos estudos realizados pela Companhia; as demais despesas em conjunto não apresentaram variação significativa.

### RESULTADO FINANCEIRO

#### NA GERAÇÃO:

As **receitas financeiras** apresentaram aumento de 156,5%, passando de R\$ 13,1 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 33,6 milhões, no mesmo período de 2018, devido principalmente ao registro de acréscimos moratórios-energia vendida, em 2018, no valor de R\$ 26,3 milhões.

As **despesas financeiras** apresentaram redução de 35,4%, passando de R\$ 26,0 milhões, no 1º trimestre de 2017, para R\$ 16,8 milhões, no mesmo período de 2018.

## Comentário do Desempenho

### NA TRANSMISSÃO:

As **receitas financeiras** apresentaram redução de 6,3%, passando de R\$ 14,4 milhões no 1º trimestre de 2017, para R\$ 13,5 milhões, no mesmo período de 2018, devido principalmente ao resultado de aplicações financeiras em função das taxas de juros.

As **despesas financeiras** apresentaram redução de 11,0%, passando de R\$ 57,3 milhões, no 1º trimestre de 2017, para R\$ 51,0 milhões, no mesmo período de 2017, devido principalmente diminuição com os encargos de dívidas.

\* \* \*

## Notas Explicativas

*(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)*

### **1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

(As informações não contábeis não foram revisadas por nossos auditores.)

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (“Companhia”), com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas, 2 usinas eólicas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.670,2 MW (10.266,3 MW em 31/03/2017) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 128 (120 em 31/03/2017) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 20.531,9 (20.314,3 em 31/03/2017) km de linhas de alta tensão.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica que terão capacidades instaladas de 15.646,0 MW (15.644,1 MW em 31/03/2017) e 918,7 MW (918,7 MW em 31/03/2017), respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.165,0 km (5.282,0 km em 31/03/2017) de linhas de transmissão.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de até 30 anos, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, passando a ser regidas por tarifa, com revisão periódica.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19/12/2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01/03/1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

## Notas Explicativas

### 2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstração Financeira Intermediária e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/03/2018, bem como com a IAS 34 – Interim Financial Reporting emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Provisões para contingências;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Contrato oneroso;
- Valor recuperável de ativos de longa duração;
- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público;
- Obrigações atuariais;
- Vida útil dos bens do imobilizado.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota 37. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações trimestrais são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A autorização para a conclusão destas informações trimestrais foi dada pela Administração da Companhia em 15/05/2018.

### 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais - ITR são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados à adoção da CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, que estão descritas no item 3.1 desta nota.

Essas informações trimestrais - ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017, foram publicadas em jornais de grande circulação e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 16/04/2018.

## Notas Explicativas

### 3.1 – Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

#### 3.1.1 - CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

##### 3.1.1.1 - Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminado as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest – SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio – A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa – os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, spread da instituição financeira.

## Notas Explicativas

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros:

	CONSOLIDADO			
	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 01/01/2018
<b>ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>			<b>15.543.747</b>	<b>15.543.747</b>
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	601.779	601.779
Financiamentos e empréstimos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32	32
Ativo Financeiro - concessão do serviço público	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	14.095.631	14.095.631
			<b>14.697.442</b>	<b>14.697.442</b>
Títulos e Valores Mobiliários	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	8.287	8.287
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	168.934	168.934
			<b>665.043</b>	<b>665.043</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados a valor justo	Valor justo por meio de resultado	<b>181.262</b>	<b>181.262</b>

Em 31 de março de 2018 a Companhia possui registrado na rubrica de ativos financeiros de transmissão nos montantes de de R\$ 2.151.211 e \$ 2.192.255 (R\$ 2.169.114 e R\$ 2.210.158 em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 11.128.512 e 11.745.175 (R\$ 11.270.547 mil e R\$ 11.885.473 em 31 de dezembro de 2017), individual e consolidado, respectivamente no ativo circulante e não circulante. A Companhia está em processo de consulta técnica contábil junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em relação a classificação desses ativos financeiros em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. A Companhia interpretou inicialmente tais ativos como mensuráveis ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

## Notas Explicativas

Entretanto, dependendo da conclusão técnica contábil final em relação a esse assunto, a avaliação inicial da Companhia em relação a classificação desses ativos financeiros como custo amortizado poderá sofrer alteração, desde 01 de janeiro de 2018. A Companhia não dispõe, no momento, de uma mensuração detalhada dos impactos que poderiam afetar suas informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada ao final desse processo de consulta e, por conseguinte, tenha que efetuar a mensuração ao valor justo por meio do resultado desde 01 de janeiro de 2018.

### 3.1.1.2 - Redução no valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

### 3.1.1.3 - Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

CPC 48/IFRS 9	
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabelecendo uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público), que possuem, em conjunto, características comuns de risco.

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da companhia.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

Como reflexos da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 a Companhia não teve alteração em suas provisões, visto que seus ativos passíveis de PCLD, são regulados e recebidos de forma integral, sendo garantido pelo Regulador (ANEEL).

### 3.1.2 - CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Não aplicando os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

As novas exigências de divulgação visam ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entender a natureza, o montante, o momento e a incerteza em relação à receita e aos fluxos de caixa decorrentes de contratos com clientes.

## Notas Explicativas

A Companhia aplicará um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

As 5 etapas para reconhecimento de receita são as seguintes;

	1	2	3	4	5
<b>Passos para reconhecimento da receita</b>	Identificar o contrato	Identificar as obrigações de desempenho	Determinação do preço da transação	Alocar o preço da transação	Reconhecer a Receita

A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas, no período não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

Não houve impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de março de 2018.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	34.155	11.363	72.673	43.744
Aplicações financeiras	123.113	88.955	160.817	137.518
<b>Total</b>	<b>157.268</b>	<b>100.318</b>	<b>233.490</b>	<b>181.262</b>



## Notas Explicativas

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31/03/2018 e 31/12/2017:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Aplicação financeira</b>					
<b>Banco do Brasil</b>					
<b>BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF</b>	<b>2,51%</b>	<b>160</b>	<b>217</b>	<b>160</b>	<b>217</b>
Operações compromissadas		160	217	160	217
<b>BBDTVM Extramercado - FAE 2</b>	<b>1,73%</b>	<b>823</b>	<b>15.573</b>	<b>823</b>	<b>15.573</b>
Operações compromissadas		823	15.573	823	15.573
<b>CDB</b>	<b>6,95%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.205</b>	<b>37.925</b>
<b>Caixa Econômica Federal</b>					
<b>FI CX Extramercado III IRFM-1 RF</b>	<b>1,79%</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Operações compromissadas		3	2	3	2
<b>FI CX Extramercado IV IRFM RF LP</b>	<b>1,76%</b>	<b>122.127</b>	<b>73.163</b>	<b>122.127</b>	<b>73.163</b>
LFT		23.937	-	23.937	-
LTN		47.294	14.254	47.294	14.254
NTN-B		17.380	3.494	17.380	3.494
Operações compromissadas		33.516	55.415	33.516	55.415
<b>FIF Caixa</b>	<b>Taxa DI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.372</b>	<b>4.620</b>
<b>Poupança</b>	<b>5,86%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47</b>	<b>1.547</b>
<b>CDB</b>	<b>Taxa DI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.270</b>	<b>2.680</b>
<b>Banco Santander S.A.</b>					
<b>FIC JUD - Santander</b>	<b>Taxa DI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.810</b>	<b>1.791</b>
<b>Total</b>		<b>123.113</b>	<b>88.955</b>	<b>160.817</b>	<b>137.518</b>

## 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Vencimento	Remuneração	31/03/2018	31/12/2017
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	25	25
Títulos da dívida agrária – TDA	Março/2018	TR + 3% a.a.	7.976	7.304
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN	-	1,79% a.a.	45.511	40.127
<b>Total Circulante</b>			<b>53.512</b>	<b>47.456</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	01/01/2030	TR + 6% a.a.	186	184
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	-	774
<b>Total Não Circulante</b>			<b>186</b>	<b>958</b>
<b>Total</b>			<b>53.698</b>	<b>48.414</b>

No período, a principal variação ocorrida em títulos e valores mobiliários foi decorrente de investimentos corporativos e aportes em SPEs.

## Notas Explicativas

### Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo é pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

### 6 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão e geração apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>						
Suprimento de energia	133.208	10.792	147.354	158.146	291.354	277.817
Fornecimento de energia	48.612	13.470	222.479	235.949	284.561	299.840
Disponibilização do Sistema de Transmissão	311.668	9.142	63.287	72.429	384.097	375.312
Conexão ao sistema de transmissão	16.229	1.320	12.057	13.377	29.606	28.142
Comercialização na CCEE	72.065	-	-	-	72.065	15.901
Parcelamento	2.749	524	65.237	65.761	68.510	66.538
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(363)	-	-	-	(363)	(350)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.009)	(24.397)	(473.299)	(497.696)	(498.705)	(481.091)
<b>Total Circulante</b>	<b>583.159</b>	<b>10.851</b>	<b>37.115</b>	<b>47.966</b>	<b>631.125</b>	<b>582.109</b>
<b>Não Circulante</b>						
Parcelamento	16.367	-	-	-	16.367	16.575
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.159)	-	-	-	(3.159)	(3.178)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>13.208</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.208</b>	<b>13.397</b>
<b>Total</b>	<b>596.367</b>	<b>10.851</b>	<b>37.115</b>	<b>47.966</b>	<b>644.333</b>	<b>595.506</b>

**Notas Explicativas**

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>						
Suprimento de energia	133.208	10.792	147.361	158.153	291.361	277.817
Fornecimento de energia	48.612	13.470	222.479	235.949	284.561	299.847
Disponibilização do Sistema de Transmissão	316.218	9.142	63.287	72.429	388.647	380.115
Conexão ao sistema de transmissão	17.638	1.320	12.057	13.377	31.015	29.605
Comercialização na CCEE	72.065	-	-	-	72.065	15.901
Parcelamento	2.749	524	65.237	65.761	68.510	66.538
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(363)	-	-	-	(363)	(350)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.009)	(24.397)	(473.299)	(497.696)	(498.705)	(481.091)
<b>Total Circulante</b>	<b>589.118</b>	<b>10.851</b>	<b>37.122</b>	<b>47.973</b>	<b>637.091</b>	<b>588.382</b>
<b>Não Circulante</b>						
Parcelamento	16.367	-	-	-	16.367	16.575
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.159)	-	-	-	(3.159)	(3.178)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>13.208</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.208</b>	<b>13.397</b>
<b>Total</b>	<b>602.326</b>	<b>10.851</b>	<b>37.122</b>	<b>47.973</b>	<b>650.299</b>	<b>601.779</b>

A variação ocorrida no período em Disponibilização do Sistema de Transmissão, foi decorrente da atualização da Receita Anual Permitida – RAP e do registro do contas a receber da Rede Básica do Sistema Existente – RBSE.

**6.1 – PARCELAMENTO**

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ligas do Brasil S.A.	59.763	56.989
Santana Têxtil	25.114	26.126
	<b>84.877</b>	<b>83.115</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.622)	(62.731)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.522)	(3.528)
<b>Total</b>	<b>15.733</b>	<b>16.856</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.384</b>	<b>3.459</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>7.349</b>	<b>13.397</b>

Em 31/03/2018 o parcelamento junto a Ligas do Brasil S.A., no montante de R\$ 59.763 e parte do parcelamento da Santana Têxtil S.A. no montante de R\$ 5.859, estão provisionados em virtude de atrasos contumazes.

**6.2 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado	
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>(481.091)</b>	
Constituição	(82.201)	
Reversão	58.737	
Baixa	5.850	
<b>Saldos em 31/03/2018</b>	<b>(498.705)</b>	

## Notas Explicativas

No período foi registrado o Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado perante o Juízo da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife, no valor de R\$ 22.234, com a Santana Têxtil, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária.

### 7- TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ/CSLL	136.065	65.963	141.393	71.084
IR Fonte	299	10.430	986	11.073
Finsocial	2.707	2.684	2.707	2.684
PIS/Pasep	505	263	505	263
Cofins	2.332	1.211	2.332	1.211
Outros	1.097	1.715	1.418	2.013
	<b>143.005</b>	<b>82.266</b>	<b>149.341</b>	<b>88.328</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Finsocial	8.323	8.251	8.323	8.251
PIS/Pasep	19.089	18.952	19.089	18.952
Cofins	170.512	169.293	170.512	169.293
	<b>197.924</b>	<b>196.496</b>	<b>197.924</b>	<b>196.496</b>
<b>Total</b>	<b>340.929</b>	<b>278.762</b>	<b>347.265</b>	<b>284.824</b>

### 8 - TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>333.313</b>	<b>510.428</b>
<b>Base negativa da contribuição social</b>	<b>413.903</b>	<b>591.294</b>
<b>Créditos Fiscais</b>		
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	83.328	127.607
. Contribuição social sobre base negativa	37.251	53.216
	<b>120.579</b>	<b>180.823</b>
<b>Não circulante</b>	<b>120.579</b>	<b>180.823</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL serão utilizados de acordo com a obtenção de lucro tributável.

**Notas Explicativas****9 – ESTOQUES – ALMOXARIFADO**

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Matéria-prima para a produção de energia elétrica</b>	<b>276</b>	<b>276</b>
<b>Material</b>		
Almoxarifado	63.298	61.402
Destinado a alienação	(1.091)	1.522
Outros	4.467	3.771
	<b>66.674</b>	<b>66.695</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>436</b>	<b>376</b>
<b>Total</b>	<b>67.386</b>	<b>67.347</b>

**10 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS****10.1 - Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
Cauções e outros depósitos vinculados	14.926	14.926	32.952	26.934
	<b>14.926</b>	<b>14.926</b>	<b>32.952</b>	<b>26.934</b>
<b>Não Circulante</b>				
Depósitos vinculados a litígios	526.920	518.351	526.920	518.351
Cauções e outros depósitos vinculados	152.975	142.000	153.168	142.000
	<b>679.895</b>	<b>660.351</b>	<b>680.088</b>	<b>660.351</b>
<b>Total</b>	<b>694.821</b>	<b>675.277</b>	<b>713.040</b>	<b>687.285</b>

**10.2 - Depósitos vinculados a litígios**

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	199.273	197.661
Cíveis	231.520	228.985
Fiscais	96.127	91.705
<b>Total</b>	<b>526.920</b>	<b>518.351</b>

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/03/2018, R\$ 394.172 (R\$ 390.403, em 31/12/2017) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 26.

## Notas Explicativas

### 10.3 – Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b><u>Circulante</u></b>				
Caução contratual CEF - empréstimo	14.924	14.924	14.924	14.924
Outros	2	2	18.028	12.010
	<b>14.926</b>	<b>14.926</b>	<b>32.952</b>	<b>26.934</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Caução contratual BB	16.150	16.150	16.150	16.150
Caução contratual CEF - outras	17.258	17.283	17.258	17.283
Caução contratual Bradesco	55.859	55.019	55.859	55.019
Caução contratual BNB	1.937	1.937	1.937	1.937
Carta de crédito BNB	36.305	26.611	36.305	26.611
Garantia contratual BB	25.000	25.000	25.000	25.000
Caução contratual CEF - CCDC	466	-	466	-
Outros	-	-	193	-
	<b>152.975</b>	<b>142.000</b>	<b>153.168</b>	<b>142.000</b>
<b>Total</b>	<b>167.901</b>	<b>156.926</b>	<b>186.120</b>	<b>168.934</b>

A caução contratual CEF – empréstimo foi constituída em garantia ao contrato de empréstimo contraído junto ao banco.

A caução contratual CEF – outras foi constituída como garantia de operação de liquidação financeira no âmbito da CCEE, ofertada através de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado junto ao banco, com recursos aportados em fundo extramercado.

A caução contratual Bradesco foi constituída em garantia junto ao BNDES com saldo equivalente a 6 (seis) prestações de amortização do financiamento concedido.

A carta de crédito BNB refere-se a reserva com saldo equivalente a 3 (três) prestações de amortização do financiamento concedido, em garantia ao contrato junto ao banco.

A caução contratual BB – foi constituída em função de renegociação de empréstimos junto ao Banco do Brasil.

### 11 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b><u>Circulante</u></b>				
Pessoal	82.665	77.530	82.665	77.530
Material	29.508	24.705	29.508	24.705
Serviços de terceiros	117.971	115.640	117.971	115.640
Pesquisa e desenvolvimento	2.370	2.189	2.370	2.189
Outros	37.781	30.674	37.888	30.766
<b>Total</b>	<b>270.295</b>	<b>250.738</b>	<b>270.402</b>	<b>250.830</b>

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

**Notas Explicativas****12 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO****12.1 – Movimentação**

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2017	Movimentação					Saldo em 31/03/2018
		Ingressos	Atualização	Transferências	Amortização	Impairment	
<b>Transmissão</b>							
Ativo financeiro indenizável	743.777	17.320	-	51.011	-	-	812.108
Ativo financeiro – RAP	4.047.833	115.391	12.063	(51.011)	(46.694)	-	4.077.582
Ativo financeiro – Laudo/RAP	10.868.543	-	250.230	-	(509.434)	-	10.609.339
(-) Impairment da transmissão	(2.478.947)	-	-	-	-	-	(2.478.947)
<b>Geração</b>							
Ativo financeiro - RAG	779	-	-	48	-	-	827
Ativo financeiro amortizável	233.941	1.392	12.270	(48)	(12.476)	-	235.079
Ativo financeiro indenizável	23.735	-	-	-	-	-	23.735
<b>Total</b>	<b>13.439.661</b>	<b>134.103</b>	<b>274.563</b>	<b>-</b>	<b>(568.604)</b>	<b>-</b>	<b>13.279.723</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.169.114</b>						<b>2.151.211</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>11.270.547</b>						<b>11.128.512</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Movimentação					Saldo em 31/03/2018
		Ingressos	Atualização	Transferências	Amortização	Baixa	
<b>Transmissão</b>							
Ativo financeiro indenizável	970.943	17.320	-	51.011	-	-	1.039.274
Ativo financeiro – RAP	4.507.232	115.220	20.790	(51.011)	(53.513)	-	4.538.718
Ativo financeiro – Laudo/RAP	10.851.721	-	250.230	-	(509.434)	-	10.592.517
(-) Impairment da transmissão	(2.492.720)	-	-	-	-	-	(2.492.720)
<b>Geração</b>							
Ativo financeiro - RAG	779	-	-	48	-	-	827
Ativo financeiro amortizável	233.941	1.392	12.270	(48)	(12.476)	-	235.079
Ativo financeiro indenizável	23.735	-	-	-	-	-	23.735
<b>Total</b>	<b>14.095.631</b>	<b>133.932</b>	<b>283.290</b>	<b>-</b>	<b>(575.423)</b>	<b>-</b>	<b>13.937.430</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.210.158</b>						<b>2.192.255</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>11.885.473</b>						<b>11.745.175</b>

A Companhia registrou o montante de R\$ 250.230, referente à atualização do ativo financeiro decorrente dos valores a receber que passam a compor a base de remuneração regulatória dos ativos não amortizados e/ou depreciados da RBSE em 31/05/2000.

## Notas Explicativas

### 13 – DIVIDENDOS A RECEBER

Correspondem aos dividendos a receber das SPÉs conforme quadro abaixo:

<b>Circulante</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	10.621	-
Energética Águas da Pedra S.A.	5.143	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	2.545	2.545
Integração Transmissora de Energia S.A.	1.306	-
Complexo Eólico Sento Sé I	2.992	-
Complexo Eólico Sento Sé II	231	231
Vamcruz I Participações S.A.	2.130	2.130
<b>Total</b>	<b>34.146</b>	<b>14.084</b>

A principal movimentação no período foi decorrente do registro dos dividendos declarados em 2017 das SPÉs STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., Energética Águas da Pedra S.A., Integração Transmissora de Energia S.A. e Complexo Sento Sé I.

### 14 – FACHESF SAÚDE MAIS

<b>Circulante</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Fachesf Saúde Mais	61.056	65.859
<b>Total</b>	<b>61.056</b>	<b>65.859</b>

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 28. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

### 15 – ADIANTAMENTOS A CONTROLADAS EM CONJUNTO (AFAC)

#### 15.1 – Composição:

<b>Não Circulante</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
ESBR Participações S.A.	367.200	367.200
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	101.000
Vamcruz I Participações S.A.	9.800	9.800
<b>Total</b>	<b>478.000</b>	<b>478.000</b>



**Notas Explicativas****16 - OUTROS ATIVOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
Adiantamentos a empregados	30.409	26.979	30.411	27.034
Financiamentos a terceiros	32	32	32	32
Alienações em curso	16.494	14.135	16.494	14.135
Gastos reembolsáveis	10.165	11.578	10.165	11.578
Alienações de bens e direitos	8.438	12.865	8.438	12.865
Adiantamentos a fornecedores	22.603	27.900	22.812	28.127
Serviços prestados a terceiros	23.840	23.783	23.840	23.783
Contas a receber - Eletropar	359	479	359	479
Outros	13.332	2.096	18.852	5.399
	<b>125.672</b>	<b>119.847</b>	<b>131.403</b>	<b>123.432</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
FGTS - Conta-Empresa	4.523	4.490	4.523	4.490
Bens destinados a alienação	10.491	10.491	10.491	10.491
Reserva Global de Reversão	23.684	21.301	23.684	21.301
	<b>38.699</b>	<b>36.282</b>	<b>38.699</b>	<b>36.282</b>
<b>Total</b>	<b>164.371</b>	<b>156.129</b>	<b>170.102</b>	<b>159.714</b>

**17 - INVESTIMENTOS****17.1 - Composição:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Participações societárias permanentes</u></b>				
Controladas	1.128.073	1.119.029	-	-
Controladas em conjunto	5.967.124	5.851.949	5.967.124	5.851.949
Coligadas	111.924	111.349	111.924	111.349
Outras participações	480	537	480	537
<b>(-) Provisão para perdas em investimentos</b>	<b>(527.241)</b>	<b>(527.241)</b>	<b>(527.241)</b>	<b>(527.241)</b>
<b>Total participações societárias</b>	<b>6.680.360</b>	<b>6.555.623</b>	<b>5.552.287</b>	<b>5.436.594</b>
<b><u>Outros investimentos</u></b>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.212	2.212	2.212
Outros	1.091	1.091	1.091	1.091
<b>Total outros investimentos</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>
<b>Total</b>	<b>6.683.663</b>	<b>6.558.926</b>	<b>5.555.590</b>	<b>5.439.897</b>

## Notas Explicativas

## 17.1.1 – Participação direta da Chesf

<b>Empresas</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Controladas</b>		
<b>Complexo Eólico Pindaí I</b>		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
<b>Complexo Eólico Pindaí II</b>		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
<b>Complexo Eólico Pindaí III</b>		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
<b>Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.</b>	100,00%	100,00%
<b>Controladas em conjunto</b>		
<b>STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Integração Transmissora de Energia S.A.</b>	12,00%	12,00%
<b>ESBR Participações S.A.</b>	20,00%	20,00%
<b>Interligação Elétrica do Madeira S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b>Manaus Transmissora de Energia S.A.</b>	19,50%	19,50%
<b>Manaus Construtora Ltda.</b>	19,50%	19,50%
<b>TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Norte Energia S.A.</b>	15,00%	15,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé I</b>		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé II</b>		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé III</b>		
- Baraúnas II Energética S.A.	1,50%	1,50%
- Banda de Couro Energética S.A.	1,70%	1,70%
<b>Interligação Elétrica Garanhuns S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Vamcruz I Participações S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Chapada do Piauí I Holding S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Chapada do Piauí II Holding S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Eólica Serra das Vacas Holding S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Companhia Energética SINOP S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b>Coligada</b>		
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	24,50%	24,50%

## Notas Explicativas

## 17.2 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES

	31/12/2017	Aumento de Capital	Dividendos	Resultado de participação societária	Outros	31/03/2018
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>						
<b>Controladas</b>						
- Complexo Eólico Pindaí I	373.081	4.198	-	(2.071)	-	375.208
- Complexo Eólico Pindaí II	159.446	1.799	-	(284)	-	160.961
- Complexo Eólico Pindaí III	81.282	1.245	-	(176)	-	82.351
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	505.220	-	-	4.333	-	509.553
<b>Controladas em conjunto</b>						
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	216.741	-	(10.621)	10.444	-	216.564
- Integração Transmissora de Energia S.A.	51.240	-	(1.307)	1.636	-	51.569
- ESBR Participações S.A.	1.648.570	-	-	(34.390)	-	1.614.180
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	657.257	-	-	6.133	-	663.390
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	270.678	-	-	(166)	-	270.512
- Manaus Construtora Ltda.	7.545	-	-	(20)	-	7.525
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	27.309	-	-	274	-	27.583
- Norte Energia S.A.	1.725.233	76.200	-	73.500	-	1.874.933
- Complexo Eólico Sento Sé I	72.779	-	(2.992)	(8.496)	-	61.291
- Complexo Eólico Sento Sé II	55.582	-	-	(3.517)	-	52.065
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.057	-	-	(63)	-	994
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	356.302	-	-	583	-	356.885
- VamCruz I Participações S.A.	131.635	-	-	(1.589)	-	130.046
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	91.851	-	-	(12.250)	-	79.601
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	172.249	-	-	(10.956)	-	161.293
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	96.172	-	-	240	-	96.412
- Companhia Energética SINOP S.A.	269.749	35.280	-	(2.748)	-	302.281
<b>Coligada</b>						
- Energética Águas da Pedra S.A.	111.349	-	(5.143)	5.718	-	111.924
<b>Avaliadas ao custo</b>						
- Outras participações	537	-	-	-	(57)	480
<b>Sub-total</b>	<b>7.082.864</b>	<b>118.722</b>	<b>(20.063)</b>	<b>26.135</b>	<b>(57)</b>	<b>7.207.601</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>						
- Complexo Eólico Pindaí I	(123.891)	-	-	-	-	(123.891)
- Complexo Eólico Pindaí II	(54.531)	-	-	-	-	(54.531)
- Complexo Eólico Pindaí III	(25.854)	-	-	-	-	(25.854)
- ESBR Participações S.A.	(111.828)	-	-	-	-	(111.828)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(3.621)	-	-	-	-	(3.621)
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	(94.444)	-	-	-	-	(94.444)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	(88.878)	-	-	-	-	(88.878)
- VamCruz I Participações S.A.	(7.028)	-	-	-	-	(7.028)
- Companhia Energética SINOP S.A.	(17.166)	-	-	-	-	(17.166)
<b>Sub-total</b>	<b>(527.241)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(527.241)</b>
<b>Total</b>	<b>6.555.623</b>	<b>118.722</b>	<b>(20.063)</b>	<b>26.135</b>	<b>(57)</b>	<b>6.680.360</b>

## 17.3 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10/06/2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&F Bovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em

## Notas Explicativas

230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tinha investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP fosse aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumia a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf, no qual, até o presente momento, permeou as instâncias abaixo:

Em 27/07/2017, foi emitido o Memorando DJJJ nº 2660/2017, pelo jurídico da Eletrobras, atestando o posicionamento favorável com alterações de minutas elaboradas.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN, passando a exercer o controle acionário.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN.

## Notas Explicativas

## 17.4 – Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

## Balanco Patrimonial

INVESTIDAS	2018						2017								
	ATIVO			PASSIVO			ATIVO			PASSIVO					
	Não Circulante			Circulante	Total	Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante		Total	Circulante	Patrimônio Líquido	Total	
	Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos						Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
<b>Controladas</b>															
- Complexo Edico Prda I	25.617	-	359.617	9.844	385.234	375.390	27.590	355.942	11.289	384.532	373.263	384.532	373.263	384.532	
- Complexo Edico Prda II	13.854	-	151.084	3.933	164.938	161.005	14.415	147.110	2.036	161.525	159.489	161.525	159.489	161.525	
- Complexo Edico Prda III	3.801	-	96.526	1.122	100.327	99.205	3.425	95.740	1.248	98.165	97.917	98.165	97.917	98.165	
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	110.636	616.866	103	16.027	727.595	509.553	104.725	614.926	106	719.757	505.220	719.757	505.220	719.757	
<b>Controladas em conjunto</b>															
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	240.292	524.963	439	82.395	765.694	441.968	225.713	535.765	440	761.918	442.927	761.918	442.927	761.918	
- Integração Transmissora de Energia S.A.	204.659	421.253	322	55.463	626.234	429.742	201.164	428.999	337	630.500	426.994	630.500	426.994	630.500	
- ESRB Participações S.A.	851.167	803.694	20.797.863	1.005.397	22.452.724	8.070.899	888.073	790.253	20.991.848	22.610.174	13.425.616	22.610.174	13.425.616	22.610.174	
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	730.062	5.188.801	29.797	312.155	5.948.650	2.707.712	626.932	5.266.871	47.028	5.940.831	2.944.932	5.940.831	2.944.932	5.940.831	
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	226.797	2.681.935	12.954	216.709	2.921.686	1.422.942	235.475	2.386.043	-	2.621.518	1.388.069	2.621.518	1.388.069	2.621.518	
- Manaus Construtora Ltda.	550	87.634	-	2.322	87.984	38.595	351	90.701	-	91.052	38.695	91.052	38.695	91.052	
- TDG - Transmissora Dentro Gouveia S.A.	48.411	311.398	120	21.942	359.929	56.292	53.328	306.546	126	360.002	55.732	360.002	55.732	360.002	
- Norte Energia S.A.	1.594.289	1.142.588	39.389.635	3.404.048	42.126.722	12.489.551	1.087.819	894.768	38.928.258	40.910.845	26.266.008	40.910.845	26.266.008	40.910.845	
- Complexo Edico Sento Sé I	25.852	35.684	259.789	25.020	321.325	125.083	23.318	55.310	263.480	342.108	139.110	342.108	139.110	342.108	
- Complexo Edico Sento Sé II	16.177	11.280	362.568	22.321	390.025	106.254	13.526	17.288	368.545	399.359	263.666	399.359	263.666	399.359	
- Complexo Edico Sento Sé III	20.825	4.960	218.639	9.111	244.424	61.751	18.886	4.880	221.922	245.688	171.153	245.688	171.153	245.688	
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	139.937	1.074.208	243	65.377	1.214.388	728.335	143.841	1.079.888	251	1.229.980	426.349	1.229.980	426.349	1.229.980	
- Vanuzul Participações S.A.	81.746	-	469.414	48.211	551.160	265.403	84.831	-	472.194	557.025	229.345	557.025	229.345	557.025	
- Chapada do Pauli Holding S.A.	37.723	27.268	759.287	53.012	824.278	115.721	39.155	24.153	761.511	824.819	637.718	824.819	637.718	824.819	
- Chapada do Pauli Holding S.A.	42.401	22.805	839.972	82.310	905.178	288.026	41.206	21.543	839.914	902.663	80.990	902.663	80.990	902.663	
- Elétrica Serra das Vacas Holding S.A.	21.398	14.427	483.119	31.912	518.944	161.113	16.002	14.743	488.798	519.543	311.998	519.543	311.998	519.543	
- Companhia Energética SINOP S.A.	288.739	235.747	1.770.788	165.386	2.275.274	1.233.801	226.840	229.977	1.678.890	2.135.707	911.038	2.135.707	911.038	2.135.707	
<b>Coligada</b>															
- Energética Águas da Pedra S.A.	86.453	28.899	707.255	79.971	822.517	458.830	138.214	30.477	712.646	891.337	283.646	891.337	283.646	891.337	
<b>Total</b>	<b>4.791.386</b>	<b>13.294.090</b>	<b>66.109.754</b>	<b>5.713.978</b>	<b>84.735.220</b>	<b>30.374.571</b>	<b>4.214.823</b>	<b>12.793.133</b>	<b>66.316.086</b>	<b>83.924.048</b>	<b>48.390.789</b>	<b>83.924.048</b>	<b>48.390.789</b>	<b>29.415.921</b>	<b>83.924.048</b>

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 28/02/2018.

## Notas Explicativas

## Demonstração do Resultado

INVESTIDAS	2018						2017										
	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	
<b>Controladas</b>																	
- Complexo Eólico Piratã I	-	(1.079)	(1.079)	(992)	(2.071)	-	-	(2.071)	-	(1.803)	(1.803)	920	(893)	(90)	-	(973)	
- Complexo Eólico Piratã II	4	(257)	(253)	69	(284)	398	-	(284)	398	(534)	(136)	367	231	-	-	231	
- Complexo Eólico Piratã III	-	(224)	(224)	12	(212)	-	-	(212)	-	(384)	(384)	372	(12)	(84)	-	(96)	
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	10.063	(2.744)	7.319	(2.315)	5.004	6.018	-	4.333	6.018	3.270	9.288	883	10.171	(3.266)	1.562	8.467	
<b>Controladas em conjunto</b>																	
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	33.041	(5.922)	27.119	(2.811)	24.308	31.471	(6.904)	21.315	31.471	(6.654)	24.817	(4.949)	19.868	(36.083)	808	(15.407)	
- Integração Transmissora de Energia S.A.	30.431	(11.607)	18.824	(1.514)	17.310	28.229	(19.683)	13.634	28.229	(6.396)	21.833	(1.899)	20.024	(7.020)	2.739	15.743	
- ESBP Participações S.A.	380.644	(469.743)	(89.099)	(170.966)	(260.065)	386.283	88.112	(171.953)	386.283	(399.099)	47.184	(194.902)	(147.718)	49.740	-	(97.978)	
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	73.964	(10.710)	63.254	(30.037)	33.217	37.864	(8.187)	25.030	37.864	(4.600)	33.264	(1.425)	31.839	23.266	-	55.125	
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	20.321	(10.277)	10.044	(10.897)	(853)	26.636	-	(853)	26.636	(15.793)	10.843	8.430	19.273	(13.370)	-	5.903	
- Manaus Construtora Ltda.	-	(7)	(7)	(84)	(91)	-	(9)	(100)	-	(7)	(7)	(128)	(135)	-	-	(135)	
- TDG - Transmissora Demiro Gouveia S.A.	8.988	(6.155)	2.833	(1.391)	1.442	21.444	(1.031)	561	21.444	11.131	32.575	(1.410)	31.165	(1.155)	-	30.010	
- Norte Energia S.A.	861.747	(361.595)	500.152	(196.832)	303.320	457.526	186.690	490.000	457.526	(405.362)	52.164	(31.600)	20.564	(7.151)	-	13.413	
- Complexo Eólico Sento S6 I	(4.775)	(9.089)	(13.868)	(3.407)	(17.275)	12.052	(62)	(17.337)	12.052	(7.600)	4.452	(3.513)	939	(889)	-	51	
- Complexo Eólico Sento S6 II	6.417	(7.983)	(1.566)	(5.320)	(6.886)	7.055	(263)	(7.179)	7.055	(9.553)	(2.498)	(5.945)	(8.943)	(761)	-	(9.104)	
- Complexo Eólico Sento S6 III	4.433	(5.088)	(635)	(2.864)	(3.499)	5.749	(297)	(3.796)	5.749	(4.299)	1.450	(3.826)	(2.376)	(361)	-	(2.737)	
- Interligação Elétrica Caranhuns S.A.	10.664	(9.946)	6.718	(2.725)	3.993	19.403	(2.804)	1.189	19.403	(4.105)	15.298	(5.644)	9.654	26.026	659	36.339	
- VamCoz Participações S.A.	10.244	(7.372)	2.872	(5.623)	(2.751)	16.961	(492)	(3.243)	16.961	(11.394)	5.567	(7.643)	(2.076)	(585)	-	(2.661)	
- Chapada do Piauí Holding S.A.	10.220	(14.559)	(4.339)	(20.416)	(24.755)	29.245	(246)	(25.001)	29.245	(11.512)	17.733	(13.248)	4.485	(1.009)	-	3.477	
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	7.217	(7.545)	(328)	(21.530)	(21.858)	29.183	(501)	(22.359)	29.183	(12.948)	16.235	(20.643)	(4.408)	(1.067)	-	(5.475)	
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	26.561	(11.983)	14.578	(13.073)	1.505	15.382	(1.015)	490	15.382	(12.410)	3.172	(10.167)	(6.995)	(530)	-	(7.525)	
- Companhia Energética SINOP S.A.	23.429	(41.724)	(18.295)	1.311	(16.984)	-	5.770	(11.214)	-	(7.092)	(7.092)	2.104	(4.888)	2.563	-	(2.030)	
<b>Coligada</b>																	
- Energética Águas da Pedra S.A.	60.767	(26.689)	33.878	(6.109)	27.769	60.701	(4.432)	23.337	60.701	(18.153)	42.548	(5.601)	36.947	(5.718)	-	31.229	
<b>Total</b>	<b>1.574.380</b>	<b>(1.016.482)</b>	<b>557.896</b>	<b>(497.514)</b>	<b>60.284</b>	<b>1.191.800</b>	<b>233.925</b>	<b>314.287</b>	<b>1.191.800</b>	<b>(865.297)</b>	<b>326.903</b>	<b>(299.277)</b>	<b>27.226</b>	<b>22.873</b>	<b>5.768</b>	<b>55.867</b>	

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 28/02/2018.

**Notas Explicativas****18- IMOBILIZADO****18.1 - Movimentação**

	Controladora							31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	
<b><u>Geração</u></b>								
Em serviço	1.800.556	-	-	-	-	-	-	1.800.556
Terrenos	177.889	-	-	-	-	-	-	177.889
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.574	-	-	-	-	-	-	970.574
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.263.478)	-	-	(7.977)	-	-	-	(1.271.455)
Em curso	688.788	25.420	-	-	-	-	-	714.208
Impairment	(800.371)	-	-	-	-	-	-	(800.371)
<b>Total Geração</b>	<b>425.495</b>	<b>25.420</b>	<b>-</b>	<b>(7.977)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>442.938</b>
<b><u>Administração</u></b>								
Em serviço	1.103.788	-	(361)	-	6.662	-	-	1.110.089
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.760	-	-	-	-	-	-	18.760
Edificações	267.863	-	-	-	-	-	-	267.863
Máquinas e equipamentos	707.297	-	(360)	-	2.117	-	-	709.054
Veículos	75.801	-	-	-	4.536	-	-	80.337
Móveis e utensílios	29.774	-	(1)	-	9	-	-	29.782
Depreciação	(776.341)	-	313	(13.104)	-	-	-	(789.132)
Em curso	378.018	7.108	(7)	-	(6.662)	-	-	378.457
<b>Total Administração</b>	<b>705.465</b>	<b>7.108</b>	<b>(55)</b>	<b>(13.104)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>699.414</b>
<b>Total</b>	<b>1.130.960</b>	<b>32.528</b>	<b>(55)</b>	<b>(21.081)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.142.352</b>

**Notas Explicativas**

	Consolidado							
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	31/03/2018
<b><u>Geração</u></b>								
Em serviço	1.800.556	-	-	-	-	-	-	1.800.556
Terrenos	177.888	-	-	-	-	-	-	177.888
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.575	-	-	-	-	-	-	970.575
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.263.478)	-	-	(7.977)	-	-	-	(1.271.455)
Em curso	1.268.960	39.174	(6.342)	-	-	-	-	1.301.792
Impairment	(800.371)	-	-	-	-	-	-	(800.371)
<b>Total Geração</b>	<b>1.005.667</b>	<b>39.174</b>	<b>(6.342)</b>	<b>(7.977)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.030.522</b>
<b><u>Administração</u></b>								
Em serviço	1.104.357	17	(504)	-	6.662	-	-	1.110.532
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.761	-	-	-	-	-	-	18.761
Edificações	267.912	-	-	-	-	-	-	267.912
Máquinas e equipamentos	707.327	17	(264)	-	2.117	-	-	709.197
Veículos	75.801	-	-	-	4.536	-	-	80.337
Móveis e utensílios	30.263	-	(240)	-	9	-	-	30.032
Depreciação	(776.500)	-	312	(13.111)	-	-	-	(789.299)
Em curso	378.018	7.262	(7)	-	(6.662)	-	-	378.611
<b>Total Administração</b>	<b>705.875</b>	<b>7.279</b>	<b>(199)</b>	<b>(13.111)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>699.844</b>
<b>Total</b>	<b>1.711.542</b>	<b>46.453</b>	<b>(6.541)</b>	<b>(21.088)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.730.366</b>

**18.2 - Taxas anuais de depreciação**

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b><u>Geração</u></b>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<b><u>Administração central</u></b>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3



## Notas Explicativas

### 18.3 - Encargos financeiros

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
	Encargos financeiros totais	13.279
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(1)	(10)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>13.278</b>	<b>46.855</b>

### 19 - INTANGÍVEL

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/12/2017	Adições	Amortização	31/03/2018
<b>Não vinculadas a concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Software	20,0%	111.722	-	-	111.722
Amortização		(86.846)	-	(2.372)	(89.218)
<b>Em curso</b>		13.696	769	-	14.465
<b>Total Intangível</b>		<b>38.572</b>	<b>769</b>	<b>(2.372)</b>	<b>36.969</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado			
		31/12/2017	Adições	Amortização	31/03/2018
<b>Não vinculadas a concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Software	20,0%	111.789	-	-	111.789
Amortização		(86.847)	-	(2.372)	(89.219)
<b>Em curso</b>		32.946	769	-	33.715
<b>Total Intangível</b>		<b>57.888</b>	<b>769</b>	<b>(2.372)</b>	<b>56.285</b>

### 20 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Energia elétrica comprada	20.708	30.072	20.708	30.072
Materiais e serviços	182.202	324.004	189.065	334.373
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletronorte	5.790	5.368	5.790	5.368
Eletrosul	3.851	3.870	3.851	3.870
Furnas	10.259	9.985	10.259	9.985
CTEEP	4.738	4.816	4.738	4.816
Outros	36.256	34.871	39.587	34.871
<b>Total</b>	<b>263.804</b>	<b>412.986</b>	<b>273.998</b>	<b>423.355</b>

## Notas Explicativas

### 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

#### 21.1 – Composição

	Controladora e Consolidado									
	31/03/2018					31/12/2017				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Partes relacionadas</b>										
Eletrobras	10.019	825.437	835.456	112.532	947.988	10.181	706.354	716.535	121.590	838.125
<b>Instituições financeiras</b>										
Banco do Brasil	66	103.448	103.514	94.828	198.342	80	103.448	103.528	120.689	224.217
Banco do Nordeste	635	49.074	49.709	190.985	240.694	1.039	49.075	50.114	67.561	117.675
Caixa Econômica Federal	1.763	150.000	151.763	125.000	276.763	2.303	150.000	152.303	187.500	339.803
BNDES	1.646	66.705	68.351	486.916	555.267	1.746	66.649	68.395	503.006	571.401
<b>Total</b>	<b>14.129</b>	<b>1.194.664</b>	<b>1.208.793</b>	<b>1.010.261</b>	<b>2.219.054</b>	<b>15.349</b>	<b>1.075.526</b>	<b>1.090.875</b>	<b>1.000.346</b>	<b>2.091.221</b>

No trimestre, foram contratados empréstimos no montante de R\$ 244.792, com as seguintes características:

- **Eletrobras**

Empréstimo no montante de R\$ 155.000, de janeiro de 2018, para investimentos corporativos da Companhia e aportes em SPEs, no qual incidem juros equivalentes a 7,03% a.a. com reajuste anual do saldo devedor pelo IPCA. Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em abril de 2018. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE). Até março de 2018 foi recebido o montante de R\$ 110.000 relativo a este contrato, restando um saldo de crédito no valor de R\$ 45.000.

- **Banco do Nordeste**

Financiamento no montante de R\$ 158.420, para os empreendimentos Casa Nova II e III com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no qual incidem juros devidos à taxa efetiva de 10,14% a.a. (com bônus de adimplência de 15%). Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 25/08/2020. Está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios e seguro garantia de conclusão de obras. Em março de 2018 foi recebido o montante de R\$ 134.792 relativo a este contrato, restando um saldo de crédito no valor de R\$ 23.628.

No período, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 118.712.

#### 21.2– Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
	2019	270.536
2020	202.012	196.508
2021	115.213	104.149
2022	77.753	66.649
2023	76.110	63.712
Após 2023	268.637	172.698
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.010.261</b>	<b>1.000.346</b>

**Notas Explicativas****21.3- Mutação dos financiamentos e empréstimos**

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>			<b>Não Circulante Principal</b>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>15.031</b>	<b>911.942</b>	<b>926.973</b>	<b>1.277.036</b>
Ingressos	-	-	-	571.517
Provisão de Encargos	267.025	-	<b>267.025</b>	-
Variação monetária	-	4	<b>4</b>	4.651
Transferências	-	852.858	<b>852.858</b>	(852.858)
Amortizações/pagamentos	(266.707)	(689.278)	<b>(955.985)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>15.349</b>	<b>1.075.526</b>	<b>1.090.875</b>	<b>1.000.346</b>
Ingressos	-	-	-	244.792
Provisão de Encargos	54.291	-	<b>54.291</b>	-
Variação monetária	(541)	1	<b>(540)</b>	2.972
Transferências	-	237.849	<b>237.849</b>	(237.849)
Amortizações/pagamentos	(54.970)	(118.712)	<b>(173.682)</b>	-
<b>Saldo em 31/03/2018</b>	<b>14.129</b>	<b>1.194.664</b>	<b>1.208.793</b>	<b>1.010.261</b>

**21.4 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
IPCA	235.670	122.491
CDI	1.181.993	1.271.898
TJLP	355.271	362.523
Sem indexador	446.120	334.309
<b>Total</b>	<b>2.219.054</b>	<b>2.091.221</b>
Principal	2.204.925	2.075.872
Encargos	14.129	15.349
<b>Total</b>	<b>2.219.054</b>	<b>2.091.221</b>

## Notas Explicativas

### 21.5 - Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/03/2018 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2018	2019	2020	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	26.098	25.354	24.178	23.002	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	52.740	52.179	51.386	50.016	30/10/2032
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	58.095	54.573	50.173	45.873	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	32.276	29.921	27.801	24.887	10/07/2031
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	132.009	131.815	129.869	125.412	121.108	2018
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	33.320	34.971	33.943	33.631	32.537	2018
<b>Total</b>				<b>331.439</b>	<b>335.995</b>	<b>325.839</b>	<b>312.561</b>	<b>297.423</b>	

(\*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE

## Notas Explicativas

### 22 – DEBÊNTURES

Controladora e Consolidado				
	Taxa de Juros	Vencimento	31/03/2018	
			Circulante	Não Circulante
Debêntures - Extremoz	IPCA + 7,0291% a.a.	15/09/2023	11.402	144.304

A controlada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., emitiu 168.000 debêntures, simples, Série Única, no valor unitário de R\$ 1.000,00, tendo sido totalmente integralizadas, com vencimento em 15/01/2029. Os recursos líquidos captados deverão ser aplicados nos projetos da controlada, objetos da Portaria nº 144 de 29/04/2016, e Portaria nº 18, de 02/02/2017, ambas do Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27/01/2011.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado são:

- Não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do respectivo vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, ou o requerimento de falência relativo à Emissora formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal;
- Extinção da concessão para executar os Projetos objeto do Contrato de Concessão bem como perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a operação e manutenção de instalações de transmissão localizadas nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, objeto do Contrato de Concessão;
- Transformação da Emissora em outro tipo societário;
- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo;
- Redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo: (a) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) maioria das Debêntures em Circulação, no caso do item "b" somente enquanto Índice de Capital Próprio, definido pela relação "Patrimônio Líquido"/"Ativo Total" da Emissora for igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), independentemente da realização de depósitos na Conta Complementação do ICSD (conforme definido abaixo) em cada um dos exercícios. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas referentes ao ano civil anterior.

Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes ao processo de emissão das debêntures foram outorgados em 31/03/2017 Contratos de Garantia:

- Contrato de Cessão Fiduciária, onde a Companhia oferece todos os direitos creditórios presentes e futuros, em decorrência do seu Contrato de Concessão nº 008/2011.
- Contrato de Alienação Fiduciária, onde a Companhia oferece todas as ações representativas do seu capital social de titularidade das Acionistas, subscritas e as que venham a ser subscritas em data posterior a assinatura deste contrato.

As debêntures serão amortizadas em doze anos com parcelas semestrais, sendo a primeira em setembro de 2017 e a última em janeiro de 2029, o saldo devedor é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com Spread de 7,0291% ao ano, devidos desde a data da integralização até a data do efetivo pagamento.

**Notas Explicativas****22.1 – Vencimento das parcelas do passivo não circulante:**

<b>Controladora e Consolidado</b>			
<b>Ano</b>	<b>Principal</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Total</b>
2019	8.148	(478)	7.670
2020	8.517	(478)	8.039
2021	9.892	(531)	9.361
2022	13.443	(690)	12.753
2023	18.376	(903)	17.473
2024	20.338	(956)	19.382
Após 2024	75.096	(5.470)	69.626
<b>Total</b>	<b>153.810</b>	<b>(9.506)</b>	<b>144.304</b>

**22.2 – Mutação das debêntures:**

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>153.094</b>
Juros	2.612
<b>Saldo em 31/03/2018</b>	<b>155.706</b>

**23 – OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ	115.722	35.095	115.757	35.123
CSLL	40.196	52.238	40.438	52.416
Cofins	34.147	34.215	34.417	34.611
ICMS	35.656	33.339	35.656	33.339
PIS/Pasep	7.411	7.426	7.468	7.510
IRRF	14.629	23.404	14.670	23.429
ISS	2.875	2.802	3.085	2.910
Outros	99	54	154	109
	<b>250.735</b>	<b>188.573</b>	<b>251.645</b>	<b>189.447</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
IRPJ	-	-	624	629
CSLL	-	-	226	226
Cofins	-	-	16.783	16.651
PIS/Pasep	-	-	3.660	3.631
	-	-	<b>21.293</b>	<b>21.137</b>
<b>Total</b>	<b>250.735</b>	<b>188.573</b>	<b>272.938</b>	<b>210.584</b>

**Notas Explicativas****24 – TRIBUTOS DIFERIDOS**

- **Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 3.200.976 (R\$ 3.316.654, em 31/12/2017), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Diferenças temporárias</b>				
Reconhecimento do laudo (Port. MME nº 120/2016)	9.263.339	9.602.029	9.263.339	9.763.095
Ajustes decorrentes da ICPC 01	151.295	152.837	197.705	115.461
	<b>9.414.634</b>	<b>9.754.866</b>	<b>9.461.044</b>	<b>9.878.556</b>
<b>Débitos Fiscais</b>				
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	2.353.659	2.438.716	2.359.622	2.444.428
Contribuição social sobre diferenças temporárias	847.317	877.938	857.133	887.393
<b>Não Circulante</b>	<b>3.200.976</b>	<b>3.316.654</b>	<b>3.216.755</b>	<b>3.331.821</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias do ICPC 01(R1) (IFRIC 12); ressarcimento dos investimentos na RBSE - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), será realizado pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) e pelo recebimento via RAP da RBSE.

**25 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Obrigações Sociais</b>				
INSS	18.272	18.353	18.617	18.619
FGTS	4.586	6.743	4.616	6.792
Contribuições sociais	44.806	45.015	45.039	45.151
Outros	1.434	1.432	1.434	1.432
	<b>69.098</b>	<b>71.543</b>	<b>69.706</b>	<b>71.994</b>
<b>Obrigações Trabalhistas</b>				
Folha de pagamento	12.841	18.029	12.923	18.464
Férias	48.824	53.473	49.290	53.842
Gratificação de férias	37.283	40.824	37.316	40.824
13º Salário	12.248	-	12.314	-
	<b>111.196</b>	<b>112.326</b>	<b>111.843</b>	<b>113.130</b>
<b>Total</b>	<b>180.294</b>	<b>183.869</b>	<b>181.549</b>	<b>185.124</b>

## Notas Explicativas

### 26 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado			
	Provisão em 31/12/2017	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/03/2018
Trabalhistas	146.003	(1.630)	(133)	144.240
Cíveis	2.111.913	31.407	(8.276)	2.135.044
Fiscais	40.388	1.602	492	42.482
<b>Total</b>	<b>2.298.304</b>	<b>31.379</b>	<b>(7.917)</b>	<b>2.321.766</b>

A descrição da natureza dos processos judiciais relevantes está apresentada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017.

A Companhia registrou no período o montante de R\$ 7.419 (reversão de R\$ 55 em 2017) referente a provisão de GSF.

A Companhia possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	169.732	171.134
Ambientais	1.575	706
Cíveis e fiscais	9.044.033	8.994.233
<b>Total</b>	<b>9.215.340</b>	<b>9.166.073</b>

Destaca-se a seguinte ação com **risco de perda possível**:

- Processo nº 0002226-70.2017.8.25.0014 (Comarca de Canindé do São Francisco) – Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente a indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia basicamente: (a) que o ESTADO DE SERGIPE proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318, recalculando o IPM em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó, da mesma forma aos anos subsequentes, para efeito na participação do rateio de ICMS no ano de 2017, com trespasse dos dados ao TCE/SE para republicação do Ato Deliberativo n.º 884/2016, sob pena de multa diária de R\$100; e b) que o ESTADO DE SERGIPE compelido a, no prazo de 48 horas, juntar aos autos o mapa de apuração do valor adicionado do ICMS do Município Autor, referente aos exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, destacando-se se houve, na composição do valor do IPM respectivo, a inclusão dos valores percebidos pela CHESF a título de antecipação, na forma do item “a” acima. (c) reconhecer a relação jurídico-tributária decorrente da antecipação de receita realizada pela UNIÃO FEDERAL em favor da CHESF, como elemento fiscal tributável, atestando a sua inclusão do valor do ICMS devido e ao produto de distribuição afeto ao VAF – Valor Adicionado do Município de CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO; (d) sejam compelidos todos os Réus a procederem os ajustes contábeis e financeiros necessários à inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318, recalculando o IPM e participação do rateio de ICMS, em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó para todos os anos subsequentes, condenando-os a ressarcirem o Requerente aos valores suprimidos indevidamente desde 2013, em montante a ser apurado por perícia contábil realizada nos autos. A União Federal, quando citada ainda no âmbito da Justiça Federal, alegou a sua ilegitimidade passiva e requereu a exclusão da lide. A Chesf apresentou defesa. O juízo federal indeferiu a tutela de urgência do município, tendo sido essa decisão atacada por agravo de instrumento, e mantida pelo E. TRF da 5.ª Região. O pedido de ilegitimidade passiva da União foi acolhido, tendo os autos sido remetidos para a Comarca de Canindé do São Francisco – SE. Na Comarca de Canindé do São Francisco – SE, o MM. Juízo



## Notas Explicativas

proferiu despacho requerendo às partes que procedessem com a especificação de provas. Em 31/03/2018 a Chesf havia peticionado, requerendo a produção de prova pericial contábil, a ser realizada por especialista em contabilidade do setor elétrico.

### 27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Planos previdenciários	1.051.136	1.058.865
Seguro de vida	68.842	66.265
<b>Total</b>	<b>1.119.978</b>	<b>1.125.130</b>
<b>Circulante</b>	<b>154.229</b>	<b>151.616</b>
<b>Não circulante</b>	<b>965.749</b>	<b>973.514</b>

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31/12/2017.

### 28 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>		
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV - 2013	33.675	41.797
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE - 2017	13.845	13.845
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PDC - 2018	74.884	-
	<b>122.404</b>	<b>55.642</b>
<b>Não Circulante</b>		
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE - 2017	20.691	20.691
Plano de Aposentadoria Extraordinária - PDC - 2018	51.330	-
	<b>72.021</b>	<b>20.691</b>
<b>TOTAL</b>	<b>194.425</b>	<b>76.333</b>

#### 28.1 - Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV – Plano de Saúde

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderiram ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/03/2018, o saldo da provisão corresponde ao montante de R\$ 33.675 para fazer face aos gastos com o PIDV/Plano de saúde.

## Notas Explicativas

### 28.2 - Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE

Em 22/05/2017, a Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE”, destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- com idade igual ou superior a 55 anos, com pelo menos 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia, já aposentados pelo INSS ou em condições de obter a aposentadoria pelo INSS no mês do desligamento;
- reintegrados e anistiados por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia (Lei nº 8.878/1994), para os quais não há a exigência de tempo mínimo de vínculo empregatício efetivo na Companhia, nem de estarem aposentados ou em condições de obterem a aposentadoria pelo INSS;
- com idade inferior a 55 anos, com mais de 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia e já aposentados pelo INSS, ou integrantes de categorias que têm aposentadoria especial.

Em 2017, houve a adesão de 470 empregados ao PAE, com desligamento de 464 empregados. Em 31/03/2018, o saldo da provisão para fazer face a estes gastos corresponde ao montante de R\$ 1.376, referente ao incentivo financeiro.

#### Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PAE, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

Em 31/03/2018, o saldo da provisão corresponde ao montante de R\$ 33.160 para fazer face aos gastos com o plano de saúde.

### 28.3 - Plano de Demissão Consensual – PDC

Em 26/03/2018, a Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Demissão Consensual – PDC”, destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- ter, no mínimo, 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia na data do seu desligamento, considerando o limite de 03/12/2018;
- reintegrados e anistiados por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia (Lei nº 8.878/1994), para os quais não há a exigência de tempo mínimo de vínculo empregatício efetivo na Companhia;

No período, houve a adesão de 270 empregados ao PDC, com desligamento previsto para ser realizado durante o ano de 2018. As despesas com o PDC incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Para fazer face aos gastos a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 70.640, referente ao incentivo financeiro.

#### Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PDC, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Demissão Consensual – PDC, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

A Companhia considerou na provisão registrada, o montante de R\$ 55.574 para fazer face aos gastos com o plano de saúde.

## Notas Explicativas

### 29 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Os testes de suas unidades de geração e transmissão realizados em 30/09/2017 visam identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado a Companhia apresenta as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	6.227	6.227
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	4.059	4.059
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	50.197	50.197
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	124.104	124.104
<b>Total</b>	<b>184.587</b>	<b>184.587</b>

### 30 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	6.119	11.668	6.119	11.668
Aquisição de imóveis – acampamento	923	923	923	923
Convênio MME	4.707	4.707	4.707	4.707
Cauções em garantia	3.759	3.665	3.759	3.665
Acordo Chesf/Senai	1.287	1.230	1.287	1.230
Entidade seguradora	141	169	141	169
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	73	73	73
Outros	20.473	54.855	25.406	59.361
	<b>38.835</b>	<b>78.643</b>	<b>43.768</b>	<b>83.149</b>
<b>Não Circulante</b>				
Outras Provisões - FID	-	58.522	-	58.522
Provisão E.S.S	15.114	15.114	15.114	15.114
FGTS Conta-Empresa	4.523	4.490	4.523	4.490
Outros	-	-	20.639	20.639
	<b>19.637</b>	<b>78.126</b>	<b>40.276</b>	<b>98.765</b>
<b>Total</b>	<b>58.472</b>	<b>156.769</b>	<b>84.044</b>	<b>181.914</b>

### 31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

#### 31.1 – Compra de energia (não auditado)

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2018/2019	2020/2021	2022/2023	A partir de 2023 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.333.193	2.662.043	1.945.918	10.932.111
	Preço médio (R\$)	177,03	190,03	203,36	203,00

**Notas Explicativas****31.2 – Venda de energia (não auditado)**

Posições vendidas		2018/2019	2020/2021	2022/2023	A partir de 2023 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	10.724.475	10.080.949	9.998.138	53.336.840
	Preço médio (R\$)	132,52	133,26	138,51	139,13

**31.3 - Compromissos com aportes em SPEs**

SPE	2018/2019
Norte Energia S.A.	23.106
Complexo Eólico Pindaí I	123.052
Companhia Energética SINOP S.A.	85.735
ESBR Participações S.A.	40.400
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	55.679
Complexo Eólico Pindaí II	36.315
Complexo Eólico Pindaí III	16.315
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	19.956
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	33.613
<b>Total</b>	<b>434.171</b>

**31.4 – Imobilizado**

	2018/2019	2020/2021
Weg Equipamentos Elétricos Ltda.	125.021	-
Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	94.508	-
Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda	68.568	2.560
Tecmon Montagens Técnicas Industriais Ltda.	59.521	-
Energ Power Ltda.	59.224	-
JPW Engenharia Elétrica Ltda.	49.724	-
ZTT do Brasil Ltda.	44.050	-
Indústria Const. e Mont. Ingelec S.A.	39.018	-
Toshiba América do Sul Ltda.	26.232	-
ABB Ltda.	22.693	-
Sadesul Projetos e Construções Ltda.	20.674	-
Procable Energia e Telecomunicações	13.688	-
Oengenharia Ltda.	12.974	-
Real Energy Ltda.	11.695	-
Gevisa S.A.	9.584	-
Wobeen Windpower Indústria e Comércio Ltda.	400	-
<b>Total</b>	<b>657.574</b>	<b>2.560</b>

## Notas Explicativas

### 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 32.1 - Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 31/12/2017), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/03/2018						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

31/12/2017						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

#### 32.2 - Reservas de Capital

	31/03/2018	31/12/2017
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	<b>4.916.199</b>	<b>4.916.199</b>

#### 32.3 - Reservas de Lucros

	31/03/2018	31/12/2017
Legal	38.838	38.838
Incentivos fiscais	161.064	161.064
Reserva especial de dividendos não distribuídos	546.258	546.258
	<b>746.160</b>	<b>746.160</b>

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

## Notas Explicativas

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### 33 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>RECETA OPERACIONAL BRUTA</b>				
<b>GERAÇÃO</b>				
Fornecimento de energia elétrica	144.734	205.747	144.734	205.747
Operação e manutenção de usinas e suprimento	335.302	361.148	335.302	361.148
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	65.291	49.100	65.291	49.538
Receita de construção	1.392	5.023	1.392	5.023
Remuneração do ativo financeiro	12.270	14.803	12.270	14.803
Outras receitas operacionais	1.467	2.563	1.471	2.563
	<b>560.456</b>	<b>638.384</b>	<b>560.460</b>	<b>638.822</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>				
Operação e manutenção do sistema de transmissão	362.874	265.556	365.823	270.452
Receita de construção	132.711	102.723	132.540	92.859
Remuneração do ativo financeiro	262.293	390.252	271.020	402.565
Outras receitas operacionais	5.837	11.157	5.837	11.157
	<b>763.715</b>	<b>769.688</b>	<b>775.220</b>	<b>777.033</b>
	<b>1.324.171</b>	<b>1.408.072</b>	<b>1.335.680</b>	<b>1.415.855</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
Encargos setoriais				
Reserva Global de Reversão – RGR	(6.688)	(7.845)	(6.942)	(8.330)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.599)	(7.581)	(12.684)	(7.744)
Outros encargos CCEE	(155)	(229)	(155)	(229)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(12.802)	(7.871)	(12.802)	(7.871)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(15.817)	(23.421)	(15.817)	(23.421)
Proinfa	(14.409)	(13.704)	(14.409)	(13.704)
Taxa de fiscalização da Aneel	(3.535)	(2.346)	(3.574)	(2.421)
ICMS sobre energia elétrica	(20.736)	(33.572)	(20.736)	(33.572)
ISS	(291)	(449)	(291)	(449)
PIS/Pasep	(23.126)	(14.252)	(23.316)	(14.380)
Cofins	(106.522)	(65.647)	(107.396)	(66.238)
	<b>(216.680)</b>	<b>(176.917)</b>	<b>(218.122)</b>	<b>(178.359)</b>
<b>RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.107.491</b>	<b>1.231.155</b>	<b>1.117.558</b>	<b>1.237.496</b>

A principal movimentação nos períodos se deve ao início do recebimento dos valores a receber que passam a compor a base de remuneração regulatória dos ativos não amortizados e/ou depreciados da RBSE em 31/05/2000.

**Notas Explicativas****34 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do período, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/03/2018			31/03/2017
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	54.906	-	54.906	68.128
Encargos de uso da rede de transmissão	157.630	-	157.630	178.077
Custo de construção	134.103	-	134.103	107.746
Pessoal	99.409	266.566	365.975	261.715
Material	1.983	2.131	4.114	5.781
Serviço de terceiros	21.258	26.810	48.068	46.315
Depreciação e amortização	7.562	15.469	23.031	25.087
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	1.339	-	1.339	1.285
Provisão (reversão) contrato oneroso	-	-	-	27.398
Benefícios pós-emprego	-	21.086	21.086	29.367
Arrendamentos e aluguéis	839	1.981	2.820	2.881
Tributos	153	3.387	3.540	2.638
Provisões para contingências	-	31.379	31.379	31.773
Provisão (reversão) impairment	-	-	-	91.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	17.614	17.614	(424)
Perdas com clientes	-	6.714	6.714	(7.555)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	(58.522)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(26.135)	(26.135)	(28.192)
Outros	7.488	4.815	12.303	(11.577)
<b>Total</b>	<b>486.670</b>	<b>313.295</b>	<b>799.965</b>	<b>832.321</b>

	Consolidado			
	31/03/2018			31/03/2017
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	55.494	-	55.494	68.128
Encargos de uso da rede de transmissão	157.630	-	157.630	178.077
Custo de construção	133.932	-	133.932	97.882
Pessoal	100.146	267.525	367.671	264.665
Material	2.006	2.145	4.151	5.876
Serviço de terceiros	22.283	27.553	49.836	49.729
Depreciação e amortização	7.562	15.474	23.036	25.101
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	1.339	-	1.339	1.285
Provisão (reversão) contrato oneroso	-	-	-	27.398
Benefícios pós-emprego	-	21.086	21.086	29.367
Arrendamentos e aluguéis	887	2.068	2.955	3.124
Tributos	154	3.463	3.617	2.761
Provisões para contingências	-	31.379	31.379	31.774
Provisão (reversão) impairment	-	-	-	93.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	17.614	17.614	(424)
Perdas com clientes	-	6.714	6.714	(7.555)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	(58.522)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(24.334)	(24.334)	(20.548)
Outros	7.552	5.018	12.570	(10.821)
<b>Total</b>	<b>488.985</b>	<b>317.183</b>	<b>806.168</b>	<b>839.344</b>

A principal movimentação no período deveu-se aos seguintes fatos: (i) provisão para *impairment* e contrato oneroso no montante de R\$ 120.923, sem comparativo em 2018 e (ii) registro de reversão de Outras provisões – FID, no valor de R\$ 58.522.

**Notas Explicativas****35 – RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Resultado de aplicações financeiras	4.657	7.040	5.227	9.952
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	31.609	8.176	31.609	8.176
Outras variações monetárias ativas	154	4.187	154	4.187
Outras receitas financeiras	10.694	8.066	10.705	8.067
PIS/Pasep e Cofins	(1)	(5)	(30)	(106)
	<b>47.113</b>	<b>27.464</b>	<b>47.665</b>	<b>30.276</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(53.048)	(70.662)	(55.660)	(70.662)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(3.676)	(1.731)	(3.676)	(1.731)
Outras variações monetárias passivas	(161)	(1.115)	(161)	(1.115)
Atualização de valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	-	(5.317)	(5.503)	-
Outras despesas financeiras	(10.959)	(4.446)	(6.620)	(10.031)
	<b>(67.844)</b>	<b>(83.271)</b>	<b>(71.620)</b>	<b>(83.539)</b>
<b>Total</b>	<b>(20.731)</b>	<b>(55.807)</b>	<b>(23.955)</b>	<b>(53.263)</b>

**36 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>286.795</b>	<b>343.027</b>	<b>287.435</b>	<b>344.889</b>
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	(97.510)	(116.629)	(97.728)	(117.262)
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	125.810	84.533	125.810	84.533
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	(110.474)	(101.192)	(110.927)	(102.437)
<b>Imposto de renda e contribuição social apurados</b>	<b>(82.174)</b>	<b>(133.288)</b>	<b>(82.845)</b>	<b>(135.166)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(137.608)</b>	<b>(1.880)</b>	<b>(137.672)</b>	<b>(2.000)</b>
Contribuição Social	(37.252)	(1.828)	(37.316)	(2.283)
Imposto de Renda	(100.356)	(52)	(100.356)	283
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>55.434</b>	<b>(131.408)</b>	<b>54.827</b>	<b>(133.166)</b>
Contribuição Social	14.655	(34.796)	14.294	(35.531)
Imposto de Renda	40.779	(96.612)	40.533	(97.635)
<b>Imposto de renda do período e contribuição social</b>	<b>(82.174)</b>	<b>(133.288)</b>	<b>(82.845)</b>	<b>(135.166)</b>



## Notas Explicativas

### 37 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

#### 37.1 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31/03/2018 e 31/12/2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>				
Clientes	644.333	595.506	650.299	601.779
Ativo financeiro – concessão de serviço público	13.279.723	13.439.661	13.937.430	14.095.631
Financiamentos e empréstimos	32	32	32	32
Títulos e valores mobiliários	8.187	8.287	8.187	8.287
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	167.901	156.926	186.120	168.934
<b>Valor justo por meio de resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	157.268	100.318	233.490	181.262
<b>Total Ativos financeiros</b>	<b>14.745.266</b>	<b>14.788.552</b>	<b>15.503.380</b>	<b>15.543.747</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>				
Financiamentos e empréstimos	2.219.054	2.091.221	2.219.054	2.091.221
Fornecedores	263.804	412.986	273.998	423.355
Debêntures	-	-	184.587	153.094
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>2.482.858</b>	<b>2.504.207</b>	<b>2.677.639</b>	<b>2.667.670</b>

#### 37.2 – GESTÃO DE RISCO

##### 37.2.1 – Riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

##### Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

## Notas Explicativas

Exposição à taxa de juros	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Passivos</b>		
TJLP	355.271	362.523
CDI	1.181.993	1.271.898
IPCA	235.670	122.491
<b>Total</b>	<b>1.772.934</b>	<b>1.756.912</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>1.772.934</b>	<b>1.756.912</b>

Exposição à taxa de juros	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
<b>Passivos</b>		
TJLP	355.271	362.523
CDI	1.181.993	1.271.898
IPCA	420.257	275.585
<b>Total</b>	<b>1.957.521</b>	<b>1.910.006</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>1.957.521</b>	<b>1.910.006</b>

### Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

### Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

## Notas Explicativas

### Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de março de 2018</b>						
Fornecedores	263.804	263.804	263.804	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.219.054	2.663.707	1.339.083	452.089	452.070	420.465
Obrigações estimadas	143.161	143.161	143.161	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
Fornecedores	412.986	412.986	412.986	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.396.804	1.263.335	444.727	424.678	264.064
Obrigações estimadas	139.312	139.312	139.312	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de março de 2018</b>						
Fornecedores	273.998	273.998	273.998	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.219.054	2.663.707	1.339.083	452.089	452.070	420.465
Debêntures	184.587	165.212	11.402	16.665	41.711	95.434
Obrigações estimadas	143.959	143.959	143.959	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
Fornecedores	423.355	423.355	423.355	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.396.804	1.263.335	444.727	424.678	264.064
Debêntures	153.094	306.604	153.094	11.710	68.478	73.322
Obrigações estimadas	139.817	139.817	139.817	-	-	-

### 37.2.2 - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar um procedimento investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, *Hogan Lovells US LLP*, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e *Department of Justice* (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's – *American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norteamericanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act, dentre ela a *Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripjat resultaram no indiciamento de 06 ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros

## Notas Explicativas

envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo *Hogan Lovells* e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando tais suspeitas se confirmaram.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento da Companhia, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear, protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), a fim de preservar o direito de ressarcimento, face aos potenciais prejuízos causados em decorrência de denúncias e investigações oriundas da "Operação Lava Jato".

Em outubro de 2016, a investigação independente completou uma etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, levando em consideração fatos e circunstâncias conhecidos até aquele momento. Nesta etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos atribuídos pela investigação independente como oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias e por algumas das SPEs nas quais a Eletrobras não é controlador majoritário.

A Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R\$ 211.123 representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores, desse montante, R\$ 143.957 já havia sido reconhecido como impairment em períodos anteriores, ocasionando a reversão dessa provisão. Houve também o reconhecimento de uma perda de R\$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2016 é o seguinte:

	<b>31/12/2016</b>
<b>Balanço</b>	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	<b>(27.450)</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	<b>(27.450)</b>

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal solicitou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos que participaram desses acordos. Essas investigações referem-se exclusivamente aos indivíduos sobre os quais o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição exclusiva. Além disso, outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.

## Notas Explicativas

Certas alegações de potenciais atos ilegais se tornaram públicas no âmbito do projeto Santo Antônio (Madeira Energia S.A), no qual a Eletrobras por intermédio da controlada Furnas participa com 39,0%. O efeito total estimado dos pagamentos considerados como ilícitos, conforme determinado no processo de investigação independente da Companhia acima citado, monta em R\$ 314.978 e, considerando o percentual de participação societária da controlada Furnas de 39%, o impacto nas demonstrações financeiras representaria uma baixa contábil no investimento avaliado por equivalência patrimonial de R\$ 122.841, uma vez que pagamentos dessa natureza não atendem aos critérios contábeis para registro nos ativos conforme CPC 27/IAS 16. Entretanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, tal baixa contábil não impactou o resultado e nem o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que foi inferior ao montante de impairment conforme o CPC 01/IAS 36 registrado no valor de R\$ 314.038.

Achados da investigação	31/12/2017
Madeira Energia S.A.	122.841
<b>Balço (Eletrobras)</b>	
Provisão de <i>impairment</i> registrado - total	(314.038)
Reversão de <i>impairment</i>	122.841
Baixa de investimentos - Madeira Energia S.A.	(122.841)
	-
<b>Demonstração de resultado (Eletrobras)</b>	
Reversão de Provisão de <i>impairment</i> (Provisões operacionais)	(122.841)
Perda em investimentos - Madeira Energia S.A.	122.841
	-

Como não haviam informações suficientes que permitissem à Companhia determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Companhia entendeu que, após ter envidado esforços razoáveis, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações financeiras, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Companhia.

Além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas, praticadas tanto pelos empregados que contribuíram para o ilícito, quanto pelas empreiteiras contratadas, a Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediações.

As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o contrato em vigor junto ao escritório norte-americano *Hogan Lovells* visando o encerramento das ações de investigação independente em curso com a consequente resolução do caso perante às autoridades norte-americanas. Adicionalmente, o atual contrato também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação.

- Processos judiciais envolvendo a Empresa – *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de seus dirigentes no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York (SDNY) alegando, basicamente, que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa, teriam ocasionado um relevante prejuízo em relação aos títulos adquiridos, já que não haviam sido informados nos registros públicos da companhia.

Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução, "*Discovery*" e até meados do ano de 2018 a Companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das classes de ações incluídas na demanda, o que se denominada "*class certification*".

## Notas Explicativas

### 37.3 - GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, pela remensuração dos ativos referentes a RBSE, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31/03/2018 e 31/12/2017 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Financiamentos e empréstimos	2.219.054	2.091.221	2.219.054	2.244.315
(-)Caixa e equivalentes de caixa	210.966	148.732	287.188	229.676
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.008.088</b>	<b>1.942.489</b>	<b>1.931.866</b>	<b>2.014.639</b>
Patrimônio líquido	14.018.109	13.839.509	14.035.191	13.856.372
<b>Total do capital</b>	<b>16.026.197</b>	<b>15.781.998</b>	<b>15.967.057</b>	<b>15.871.011</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	12,5%	12,3%	12,1%	12,7%

### 37.4 - ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/03/2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	123.113	-	-	123.113
<b>Total</b>	<b>123.113</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.113</b>
	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Aplicações financeiras	88.955	-	-
<b>Total</b>	<b>88.955</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.955</b>

	Consolidado			
	31/03/2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	160.817	-	-	160.817
<b>Total</b>	<b>160.817</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>160.817</b>
	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Aplicações financeiras	137.518	-	-
<b>Total</b>	<b>137.518</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137.518</b>

## Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Aplicações financeiras	123.113	123.113	88.955	88.955
<b>Total</b>	<b>123.113</b>	<b>123.113</b>	<b>88.955</b>	<b>88.955</b>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

### 37.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para este trimestre previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

#### Depreciação dos índices

	Controladora						
	Saldo em 31/03/2018	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	(355.271)	6,79	5,09	3,40	(379.394)	(373.354)	(367.350)
IPCA	(235.670)	3,48	2,61	1,74	(243.871)	(241.821)	(239.771)
CDI	(1.181.993)	6,23	4,67	3,12	(1.255.631)	(1.237.192)	(1.218.871)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(1.772.934)</b>				<b>(1.878.896)</b>	<b>(1.852.367)</b>	<b>(1.825.992)</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/03/2018	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	(355.271)	6,79	5,09	3,40	(379.394)	(373.354)	(367.350)
IPCA	(420.257)	3,48	2,61	1,74	(434.882)	(431.226)	(427.569)
CDI	(1.181.993)	6,23	4,67	3,12	(1.255.631)	(1.237.192)	(1.218.871)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(1.957.521)</b>				<b>(2.069.907)</b>	<b>(2.041.772)</b>	<b>(2.013.790)</b>

**Notas Explicativas****Apreciação dos Índices**

	Controladora						
	Saldo em 31/03/2018	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	(355.271)	6,79	8,49	10,19	(379.394)	(385.434)	(391.473)
IPCA	(235.670)	3,48	4,35	5,22	(243.871)	(245.922)	(247.972)
CDI	(1.181.993)	6,23	7,79	9,35	(1.255.631)	(1.274.070)	(1.292.509)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(1.772.934)</b>				<b>(1.878.896)</b>	<b>(1.905.426)</b>	<b>(1.931.954)</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/03/2018	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	(355.271)	6,79	8,49	10,19	(379.394)	(385.434)	(391.473)
IPCA	(420.257)	3,48	4,35	5,22	(434.882)	(438.538)	(442.194)
CDI	(1.181.993)	6,23	7,79	9,35	(1.255.631)	(1.274.070)	(1.292.509)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(1.957.521)</b>				<b>(2.069.907)</b>	<b>(2.098.042)</b>	<b>(2.126.176)</b>



**Notas Explicativas****38 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/03/2018			31/03/2017		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	463.326	644.165	1.107.491	515.772	717.729	1.233.501
CUSTO OPERACIONAL	(261.379)	(225.291)	(486.670)	(311.310)	(182.996)	(494.306)
LUCRO BRUTO	201.947	418.874	620.821	204.462	534.733	739.195
DESPEAS OPERACIONAIS	(85.603)	(253.827)	(339.430)	(56.493)	(312.060)	(368.553)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	116.344	165.047	281.391	147.969	222.673	370.642
RESULTADO FINANCEIRO	16.762	(37.493)	(20.731)	(12.902)	(42.905)	(55.807)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS IMPOSTOS	133.106	127.554	260.660	135.067	179.768	314.835
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	2.918	23.217	26.135	(21.755)	49.947	28.192
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	136.024	150.771	286.795	113.312	229.715	343.027
Imposto de renda e contribuição social	(30.536)	(107.072)	(137.608)	(6.456)	4.576	(1.880)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.969)	70.403	55.434	(590)	(130.818)	(131.408)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	90.519	114.102	204.621	106.266	103.473	209.739
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	1,62	2,04	3,66	1,90	1,85	3,75
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	1,62	2,04	3,66	1,90	1,85	3,75

	Consolidado					
	31/03/2018			31/03/2017		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	463.330	654.228	1.117.558	516.170	723.747	1.239.917
CUSTO OPERACIONAL	(261.967)	(227.018)	(488.985)	(311.310)	(177.025)	(488.335)
LUCRO BRUTO	201.363	427.210	628.573	204.860	546.722	751.582
DESPEAS OPERACIONAIS	(86.673)	(254.844)	(341.517)	(59.216)	(314.762)	(373.978)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	114.690	172.366	287.056	145.644	231.960	377.604
RESULTADO FINANCEIRO	15.852	(39.807)	(23.955)	(11.242)	(42.021)	(53.263)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS IMPOSTOS	130.542	132.559	263.101	134.402	189.939	324.341
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	5.450	18.884	24.334	(20.932)	41.480	20.548
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	135.992	151.443	287.435	113.470	231.419	344.889
Imposto de renda e contribuição social	(30.536)	(107.136)	(137.672)	(6.630)	4.630	(2.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.969)	69.796	54.827	(590)	(132.576)	(133.166)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	90.487	114.103	204.590	106.250	103.473	209.723
Resultado atribuível aos acionistas controladores	90.519	114.102	204.621	106.266	103.473	209.739
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(31)	-	(31)	(16)	-	(16)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	1,62	2,04	3,66	1,90	1,85	3,75
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	1,62	2,04	3,66	1,90	1,85	3,75

## Notas Explicativas

## 39 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/03/2018			31/12/2017		31/03/2017
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	490	-	-	915	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	947.988	-	-	838.125	-
	Contas a pagar	-	812	-	-	588	-
	Despesa financeira	-	-	(35.054)	-	-	(26.929)
		<b>490</b>	<b>948.800</b>	<b>(35.054)</b>	<b>915</b>	<b>838.713</b>	<b>(26.929)</b>
Furnas	Clientes	8.766	-	-	8.827	-	-
	Fornecedores	-	10.259	-	-	9.985	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(30.264)	-	-	(14.152)
		<b>8.766</b>	<b>10.259</b>	<b>(30.264)</b>	<b>8.827</b>	<b>9.985</b>	<b>(14.152)</b>
Eletrosul	Clientes	179	-	-	178	-	-
	Contas a receber	-	-	-	45	-	-
	Fornecedores	-	3.851	-	-	3.870	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(11.432)	-	-	(11.530)
		<b>179</b>	<b>3.851</b>	<b>(11.432)</b>	<b>223</b>	<b>3.870</b>	<b>(11.530)</b>
Eletronorte	Clientes	7.185	-	-	7.168	-	-
	Fornecedores	-	5.790	-	-	5.368	-
	Contas a receber	22	-	-	43	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(16.756)	-	-	(12.525)
		<b>7.207</b>	<b>5.790</b>	<b>(16.756)</b>	<b>7.211</b>	<b>5.368</b>	<b>(12.525)</b>
Eletronuclear	Clientes	1.392	-	-	1.390	-	-
		<b>1.392</b>	-	-	<b>1.390</b>	-	-
CGTEE	Clientes	548	-	-	548	-	-
		<b>548</b>	-	-	<b>548</b>	-	-
Eletropar	Contas a receber	359	-	-	479	-	-
		<b>359</b>	-	-	<b>479</b>	-	-
Ceal	Clientes	66.905	-	-	62.848	-	-
	Contas a receber	39	-	-	21	-	-
	Suprimento de energia	-	-	4.829	-	-	5.322
		<b>66.944</b>	-	<b>4.829</b>	<b>62.869</b>	-	<b>5.322</b>
Fachesf	Contribuição normal	-	6.119	-	-	11.668	-
	Despesa financeira	-	-	(30.713)	-	-	(30.962)
	Despesas operacionais	-	-	(6.101)	-	-	(5.912)
	Despesas atuariais	-	-	(1.339)	-	-	(29.367)
		-	<b>6.119</b>	<b>(38.153)</b>	-	<b>11.668</b>	<b>(66.241)</b>
Celg - D	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	8.624
		-	-	-	-	-	<b>8.624</b>
Cepisa	Clientes	10.438	-	-	9.931	-	-
	Suprimento de energia	-	-	4.520	-	-	4.924
		<b>10.438</b>	-	<b>4.520</b>	<b>9.931</b>	-	<b>4.924</b>
STN	Contas a receber	38	-	-	309	-	-
	Partic. societária permanente	216.564	-	-	216.741	-	-
	Fornecedores	-	538	-	-	555	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	347	-	-	915
	Equivalência patrimonial	-	-	10.444	-	-	(7.549)
	Dividendos	10.621	-	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.599)	-	-	(2.422)
		<b>227.223</b>	<b>538</b>	<b>9.192</b>	<b>217.050</b>	<b>555</b>	<b>(9.056)</b>

## Notas Explicativas

## Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/03/2018			31/12/2017		31/03/2017
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	51.569	-	-	51.240	-	-
	Fornecedores	-	474	-	-	380	-
	Dividendos	1.306	-	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.310)	-	-	(1.996)
	Equivalência patrimonial	-	-	1.636	-	-	1.889
		<b>52.875</b>	<b>474</b>	<b>326</b>	<b>51.240</b>	<b>380</b>	<b>(107)</b>
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	111.924	-	-	111.349	-	-
	Clientes	417	-	-	317	-	-
	Dividendos	5.143	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	5.718	-	-	7.652
		<b>117.484</b>	-	<b>5.718</b>	<b>111.666</b>	-	<b>7.652</b>
ESBR Participações S.A.	Clientes	10.366	-	-	10.347	-	-
	Partic. societária permanente	1.502.352	-	-	1.536.742	-	-
	Fornecedores	-	13.916	-	-	19.620	-
	Energia comprada	-	-	(40.419)	-	-	(42.208)
	AFAC	367.200	-	-	367.200	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(34.390)	-	-	(19.595)	
		<b>1.879.918</b>	<b>13.916</b>	<b>(74.809)</b>	<b>1.914.289</b>	<b>19.620</b>	<b>(61.803)</b>
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	659.769	-	-	653.636	-	-
	Fornecedores	-	2.256	-	-	2.301	-
	Equivalência patrimonial	-	-	6.133	-	-	13.505
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(5.110)	-	-	(7.921)
		<b>659.769</b>	<b>2.256</b>	<b>1.023</b>	<b>653.636</b>	<b>2.301</b>	<b>5.584</b>
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	176.068	-	-	176.234	-	-
	Dividendos	2.545	-	-	2.545	-	-
	Fornecedores	-	735	-	-	745	-
	Encargo de uso de rede	-	-	(1.665)	-	-	(2.512)
	Equivalência patrimonial	-	-	(166)	-	-	1.151
		<b>178.613</b>	<b>735</b>	<b>(1.831)</b>	<b>178.779</b>	<b>745</b>	<b>(1.361)</b>
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.525	-	-	7.545	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	(27)
		<b>16.703</b>	-	<b>(20)</b>	<b>16.723</b>	-	<b>(27)</b>
TDG	Partic. societária permanente	27.583	-	-	27.309	-	-
	Contas a receber	231	-	-	231	-	-
	Fornecedores	-	80	-	-	75	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	692	-	-	674
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(236)	-	-	(342)
	Equivalência patrimonial	-	-	274	-	-	14.705
		<b>128.814</b>	<b>80</b>	<b>730</b>	<b>128.540</b>	<b>75</b>	<b>15.037</b>
Norte Energia S.A.	Clientes	5.992	-	-	5.326	-	-
	Partic. societária permanente	1.874.933	-	-	1.725.233	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	73.500	-	-	2.011
		<b>1.880.925</b>	-	<b>73.500</b>	<b>1.730.559</b>	-	<b>2.011</b>
Ceron	Contas a receber	1.481	-	-	1.318	-	-
	Suprimento de energia	-	-	2.254	-	-	1.998
	Contas a pagar	-	-	-	-	37	-
		<b>1.481</b>	-	<b>2.254</b>	<b>1.318</b>	<b>37</b>	<b>1.998</b>
Eletroacre	Clientes	427	-	-	454	-	-
	Suprimento de energia	-	-	1.264	-	-	1.386
		<b>427</b>	-	<b>1.264</b>	<b>454</b>	-	<b>1.386</b>
Complexo Eólico Sento Sé I	Clientes	45	-	-	45	-	-
	Contas a receber	-	-	-	33	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	33	-	-	132
	Partic. societária permanente	61.291	-	-	72.779	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(8.496)	-	-	26
	Dividendos	2.992	-	-	-	-	-
		<b>64.328</b>	-	<b>(8.463)</b>	<b>72.857</b>	-	<b>158</b>

## Notas Explicativas

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/03/2018			31/12/2017		31/03/2017
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	52.065	-	-	55.582	-	-
	Clientes	13	-	-	13	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(3.517)	-	-	(4.462)
	Dividendos	231	-	-	231	-	-
		<b>52.309</b>	-	<b>(3.517)</b>	<b>55.826</b>	-	<b>(4.462)</b>
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	994	-	-	1.057	-	-
	Clientes	22	-	-	22	-	-
	Energia comprada	-	-	(355)	-	-	(3.125)
	Fornecedores	-	102	-	-	727	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(63)	-	-	(97)
		<b>1.016</b>	<b>102</b>	<b>(418)</b>	<b>1.079</b>	<b>727</b>	<b>(3.222)</b>
Cepel	Despesas operacionais	-	-	-	-	-	(3.376)
		-	-	-	-	-	<b>(3.376)</b>
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	268.007	-	-	267.424	-	-
	Fornecedores	-	288	-	-	233	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	62	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	583	-	-	17.806
		<b>268.007</b>	<b>288</b>	<b>645</b>	<b>267.424</b>	<b>233</b>	<b>17.806</b>
VamCruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	123.018	-	-	124.607	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.589)	-	-	(1.303)
	Dividendos	2.130	-	-	2.130	-	-
	AFAC	9.800	-	-	9.800	-	-
		<b>134.948</b>	-	<b>(1.589)</b>	<b>136.537</b>	-	<b>(1.303)</b>
Extremoz	Contas a receber	238	-	-	232	-	-
	Partic. societária permanente	509.553	-	-	505.220	-	-
	Fornecedores	-	125	-	-	131	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	715	-	-	693
	Encargo de uso de rede	-	-	(381)	-	-	(791)
	Equivalência patrimonial	-	-	4.333	-	-	8.467
		<b>509.791</b>	<b>125</b>	<b>4.667</b>	<b>505.452</b>	<b>131</b>	<b>8.369</b>
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	79.601	-	-	91.851	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	585
	Equivalência patrimonial	-	-	(12.250)	-	-	1.704
		<b>79.601</b>	-	<b>(12.250)</b>	<b>91.851</b>	-	<b>2.289</b>
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	161.293	-	-	172.249	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(10.956)	-	-	(2.683)
		<b>161.293</b>	-	<b>(10.956)</b>	<b>172.249</b>	-	<b>(2.683)</b>
Amazonas Distribuidora	Clientes	4.948	-	-	2.015	-	-
	Suprimento de energia	-	-	1.417	-	-	-
		<b>4.948</b>	-	<b>1.417</b>	<b>2.015</b>	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Partic. societária permanente	96.412	-	-	96.172	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	240	-	-	(3.400)
		<b>96.412</b>	-	<b>240</b>	<b>96.172</b>	-	<b>(3.400)</b>
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	285.115	-	-	252.583	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.748)	-	-	(497)
		<b>285.115</b>	-	<b>(2.748)</b>	<b>252.583</b>	-	<b>(497)</b>

## Notas Explicativas

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/03/2018			31/12/2017		31/03/2017
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente Equivalência patrimonial	251.317	-	-	249.190	-	-
		-	-	(2.071)	-	-	(976)
		<b>251.317</b>	-	<b>(2.071)</b>	<b>249.190</b>	-	<b>(976)</b>
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente Equivalência patrimonial	106.430	-	-	104.915	-	-
		-	-	(284)	-	-	232
		<b>106.430</b>	-	<b>(284)</b>	<b>104.915</b>	-	<b>232</b>
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente Equivalência patrimonial	56.497	-	-	55.428	-	-
		-	-	(176)	-	-	(79)
		<b>56.497</b>	-	<b>(176)</b>	<b>55.428</b>	-	<b>(79)</b>

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

### **Eletrobras (Controladora)**

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 21;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

### **Furnas**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

### **Eletrosul**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.
- 

### **Eletronorte**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

### **Eletronuclear**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **CGTEE**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Eletropar**

- Contratos celebrados para prestação de serviços.

### **Ceal**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Fachesf**

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

## Notas Explicativas

### **Celg – D**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Cepisa**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Integração Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Energética Águas da Pedra S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

### **ESBR Participações S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

### **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Manaus Construtora Ltda.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

### **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Norte Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

## Notas Explicativas

### **Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

### **Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Cepel**

- Contrato de contribuição mensal como associado.

### **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Vamcruz I Participações S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

### **Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Chapada do Piauí I Holding S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Chapada do Piauí II Holding S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

### **Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

## Notas Explicativas

### **Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

### **Companhia Energética SINOP S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.
- Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – Amazonas GT.

### **39.1 - Remuneração de pessoal-chave**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no período de janeiro a março de 2018 e 2017 está demonstrado a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	932	980
Encargos Sociais	236	189
Benefícios	165	172
<b>Total</b>	<b>1.333</b>	<b>1.341</b>

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.



## Notas Explicativas

### 40 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2017, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>Apólices</b>	<b>Importâncias Seguradas</b>	<b>Prêmios Anuais</b>
- <b>Riscos Nomeados:</b> Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.294.090	7.955
- <b>Riscos aeronáuticos</b>	44.075	698
- <b>Transporte</b>	163.500	189
	<b>6.501.665</b>	<b>8.842</b>

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 17.140 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 3.367 para responsabilidade civil e R\$ 23.568 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

### 41 – HOMOLOGAÇÃO PELA ANEEL DA REDE BÁSICA DO SISTEMA EXISTENTE – RBSE

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31/05/2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que estes valores serão recebidos no prazo de oito anos e que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31/12/2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

## Notas Explicativas

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de transmissão, foram incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização- RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

A partir do ciclo iniciado em julho de 2017 a companhia começou a receber via RAP os valores homologados pela Aneel.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/03/2018, conforme quadro abaixo:

<b>Transmissão</b>	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
<b>Valor Homologado pela ANEEL</b>	<b>5.092.384</b>
Atualização IPCA e Remuneração	6.026.389
Recebimento	(509.434)
<b>Valor total do ativo Financeiro atualizado</b>	<b>10.609.339</b>
<b>Efeito Resultado</b>	
Receita operacional	(207.210)
Imposto de Renda e Contribuição Social	70.451
<b>Efeito líquido</b>	<b>(136.759)</b>

## 42 - INJUNÇÃO CONTRA REMUNERAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES DAS EMPRESAS DE TRANSMISSÃO

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres (ABRACE) e outros, interpuseram ação judicial com petição de injunção contra o Governo Federal do Brasil e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), referente à remuneração das indenizações das empresas de transmissão que haviam renovado algumas concessões antes de seus vencimentos originais em 2013.

A Chesf reconheceu até 31/03/2018 um valor líquido de R\$ 9.422.310 em relação a esses ativos.

Em 10/04/2017, foi proferida liminar parcial a favor da ABRACE e outros, visando a suspensão dos efeitos tarifários relativos às indenizações devidas às transmissoras por instalações da Rede Básica Existente que estavam em operação em maio de 2000 ("RBSE"), e renovaram seus contratos de concessão nos termos da Lei nº 12.783/2013.

A injunção interlocutória concedida a favor da ABRACE e outros, não aprovou todas as reivindicações, incluindo a suspensão do pagamento integral da tarifa de utilização do sistema de transmissão (TUST). No entanto, a liminar interlocutória foi concedida para excluir das tarifas a serem pagas apenas pelos reclamantes, a parcela referente à remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME nº 120/2016, que estabelece o custo de capital não incorporado desde a extensão dos contratos de concessão até o processo tarifário.

## **Notas Explicativas**

Com base em parecer jurídico de advogado externo, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não prejudicam o direito de receber os ativos da RBSE, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/2013 e na Portaria MME nº 120/2016, que outorga o direito de receber tais montantes, mesmo que seja em última instância devido pelo Governo Federal do Brasil. Assim, a Companhia entende que não houve evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, mantendo o valor de R\$ 2.136.049 registrado no ativo não circulante.

### **43 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### **43.1 – Alienação de participações societárias**

Em 19/04/2018, foi concluído o processo de alienação das ações da SPE Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, de propriedade da Chesf para a sua controladora, a Eletrobras. Esta operação está vinculada ao Pilar Disciplina Financeira do Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2018/2022, e tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhoria do indicador “Dívida Líquida/EBITDA”.

**Notas Explicativas****COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Wilson Pinto Ferreira Junior**  
Presidente

**Fábio Lopes Alves**  
Conselheiro

**Armando Casado de Araujo**  
Conselheiro

**Mauricyo José Andrade Correia**  
Conselheiro

**Geraldo Julião Júnior**  
Conselheiro

**José Oto Santana Filho**  
Conselheiro

**CONSELHO FISCAL**

---

**Pedro Gaudêncio de Castro**  
Presidente

**Orlando Henrique Costa de Oliveira**  
Conselheiro

**Denis do Prado Netto**  
Conselheiro

**DIRETORIA EXECUTIVA**

---

**Fábio Lopes Alves**  
Diretor-Presidente

**Adriano Soares da Costa**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Roberto Pordeus Nóbrega**  
Diretor de Engenharia e Construção

**João Henrique de Araújo Franklin Neto**  
Diretor de Operação

**Joel de Jesus Lima Sousa**  
Diretor de Gestão Corporativa

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE**

---

**Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira**  
Superintendente  
CRC-PE-015257/O-0 - Contador

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

Recife - PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

(i) Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidrelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Chapada do Piauí I Holding S.A. e Chapada do Piauí II Holding S.A., apresentavam, em 31 de março de 2018, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.523.234 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas e/ou de terceiros. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

(ii) Adoção dos novos normativos contábeis aplicáveis no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.1.1 a Controladora está em processo de consulta técnica contábil junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em relação a classificação dos ativos financeiros de transmissão, nos montantes de R\$ 2.151.211 mil e \$ 2.192.255 mil (R\$ 2.169.114 mil e R\$ 2.210.158 mil em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 11.128.512 mil e 11.745.175 mil (R\$ 11.270.547 mil e R\$ 11.885.473 mil em 31 de dezembro de 2017), individual e consolidado, respectivamente no ativo circulante e não circulante, para as quais a sua avaliação inicial resultou na mensuração ao custo amortizado, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. A Companhia não dispõe de uma mensuração dos impactos que poderiam afetar suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas para o período findo em 31 de março de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada ao final desse processo de consulta. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais (ITR) da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 15 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Danilo Siman Simões  
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP